

Henrique Martins
Presidente do Conselho de Administração



Carla Reis Santos
Vogal do Conselho de Administração

Relatório e Contas

2012



Sara Fernandes Duarte
Vogal do Conselho de Administração

SPMS, EPE

Serviços Partilhados
do Ministério da Saúde

Índice

Sumário executivo 4

Capítulo 1 – Governo da Sociedade..... 6

1. Missão, objetivos e políticas da empresa..... 6

a. Políticas da Empresa..... 8

b. Organograma..... 8

2. Regulamentos Internos e Externos 9

3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas 12

4. Informação sobre outras transações..... 12

5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais 12

a. Órgãos Sociais..... 12

6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais 15

a. Fiscal único 15

b. Conselho de Administração..... 16

c. Remunerações globais..... 17

7. Análise de sustentabilidade nos domínios económicos, social e ambiental 18

a. Obrigações de Serviço Público 18

b. Termos Contratuais da Prestação de Serviço Público 18

c. Modelo de Financiamento Subjacente à Prestação de Serviço Público 19

d. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental 19

8. Princípios de Bom Governo 20

a. Viabilidade do cumprimento dos Princípios de Bom Governo 20

b. Código de Ética 20

c. Sistema de controlo e identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses..... 20

d. Divulgação da informação 24

9. Balanço Social 27

Capítulo 2 – Síntese das atividades desenvolvidas em 2012..... 33

1. Transações e Aquisições mais relevantes 33

2. Atividades por Área 34

Capítulo 3 – Cumprimento das Orientações Legais..... 47

1. Cumprimento das Orientações Legais..... 47

2. Gestão de Risco Financeiro 48

3. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores..... 48

Capítulo 4 – Demonstrações Financeiras 51

1. Balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 51

xl

2.	Demonstrações dos Resultados por Naturezas do Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011	52
3.	Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011	53
4.	Demonstrações de Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011	54
	Anexo I – Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012.....	55
	Principais Indicadores de Gestão (Dez 2012)	76
	Plano de Atividades (Dez 2012)	78

☉ Sfe

2011

Sumário executivo

No cumprimento da sua Missão, as atividades da SPMS, EPE em 2012 centraram-se na prestação de serviços no âmbito do Contrato Programa na área dos sistemas de informação do Serviço Nacional de Saúde, com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. e nos serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de Compras e Logística, Financeiros e Recursos Humanos às Instituições e Serviços do Ministério da Saúde.

Destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas em 2012, pelas diferentes áreas de atuação:

- Elaboração de procedimentos de Acordos Quadro, Concursos Públicos, Ajustes Diretos e Convites ao abrigo do artigo 259.º do CCP, para medicamentos e vacinas, material de consumo clínico, prestações de serviços médicos e prestações de serviços de informática;
- Celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento de medicamentos do foro oncológico, antissépticos e desinfetantes, medicamentos de consumo geral, medicamentos do sistema cerebrosinal, vacinas e tuberculinas, material disposable e corretivos de volémia;
- Prestação de serviços na área das Compras e Logística, Contabilidade e Gestão Financeira, Recursos Humanos e/ou Apoio à Gestão a diversas instituições do Ministério da Saúde;
- Resposta às necessidades internas (processamento de vencimentos, plano de férias, controlo da assiduidade, etc.) e externos (mapas de custos de pessoal para Tutela, DGO, IGF, etc. e balanço social), em matéria de Recursos Humanos.

A execução da Missão e dos Objetivos, traçados para 2012, apenas foi possível com o contributo dos 419 trabalhadores da SPMS, EPE.

No total, foram efetuadas Compras no valor total de 31.737.136,86 euros, 27% das quais através de Concursos Públicos, 35,5% de Ajustes Diretos e 37% por Convites ao abrigo do artigo 259º do Código dos Contratos Públicos.

Realizaram-se 5.744 Contratos Públicos de Aprovisionamento na área do medicamento e dispositivos médicos. Dos medicamentos autorizados pelo Infarmed, 35,6% encontravam-se no

20

Catálogo, o que corresponde a 47,3% do valor total das aquisições de medicamentos em meio Hospitalar.

O valor total faturado aos clientes pela prestação de serviços foi de € 40.693.465, com um prazo médio de recebimento de 17 dias e de pagamento de 35 dias.

Em suma, no ano de 2012 a SPMS, EPE registou um resultado positivo, demonstrando uma autonomia financeira superior a 39%. A SPMS apresenta um valor total do ativo de € 15.978.351.

SJ

24

Capítulo 1 – Governo da Sociedade

1. Missão, objetivos e políticas da empresa

A SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS), foi criada em 2010 pelo Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março, como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, estando sujeita à tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Saúde, sem prejuízo do regime aplicável às entidades públicas empresariais.

O capital estatutário da SPMS, EPE é inicialmente de 6 milhões de euros, detido pelo Estado e realizado em numerário.

De acordo com o Decreto-Lei que a criou, a **Missão** da SPMS, EPE consubstancia-se na prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros e de recursos humanos aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde. Em 2011, o Decreto-Lei nº 108/2011, de 17 de novembro atribui, também, à SPMS competências no domínio dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação.

É Missão da SPMS, especificamente em cada área de atividade:

- **Compras e logística** – centralizar, otimizar e racionalizar a aquisição de bens e serviços e disponibilizar serviços de logística, possuindo atribuições em matéria de estratégia de compras, procedimentos pré-contratuais, contratação pública, logística interna, pagamentos e monitorização de desempenho.
- **Financeiros** – a cooperação, a partilha de conhecimentos e de informação e o desenvolvimento de atividades de prestação de serviços nas áreas de gestão financeira e de contabilidade, possuindo atribuições em matéria de planeamento e preparação de

SPMS

orçamento, controlo orçamental, gestão de contratos, contabilidade analítica, contabilidade geral, pagamentos e cobranças e tesouraria.

- **Recursos Humanos** – a disponibilização de um serviço partilhado de recursos humanos de elevada eficiência e níveis de automatização, possuindo atribuições em matéria de levantamento da informação e diagnóstico, processamento de salários e indicadores de gestão.
- **Sistemas e Tecnologias de Informação** – a cooperação, a partilha de conhecimento e informação e o desenvolvimento de atividades de prestação de serviços nas áreas dos sistemas e tecnologias de informação e de comunicação, garantindo a operacionalidade e segurança das infraestruturas tecnológicas e dos sistemas de informação do Ministério da Saúde e promovendo a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde, entre si e com os sistemas de informação transversais à Administração Pública.

Os **Objetivos Gerais** da SPMS consubstanciam-se na prestação de serviços partilhados pela assunção integral dos segmentos da atividade de unidades orgânicas dos serviços e dos estabelecimentos do SNS nas áreas de partilha, ou seja em matéria de compras e logística, de serviços financeiros e de recursos humanos.

Na lógica de serviços partilhados importa a agregação de serviços que possam, com o desenvolvimento da sua prestação, abranger transversalmente várias unidades de saúde e ou serviços, otimizando procedimentos e elevando a eficiência, contribuindo para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

Os **Objetivos Estratégicos** que orientam o Mandato de 2011-2013, conforme descrito no Plano Estratégico, são:

OE1. Implementar e Promover Serviços Partilhados de Tecnologias de Informação e Comunicação;

OE2. Desenvolver Serviços Partilhados de Compras;

OE3. Fornecer outros Serviços Partilhados.

2012

a. Políticas da Empresa

A SPMS beneficia do direito exclusivo de exercer a atividade de disponibilização de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros, recursos humanos e tecnologias de informação e comunicação, aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde, nos casos em que estes recorram a uma solução de serviços partilhados para assegurar o exercício daquelas funções.

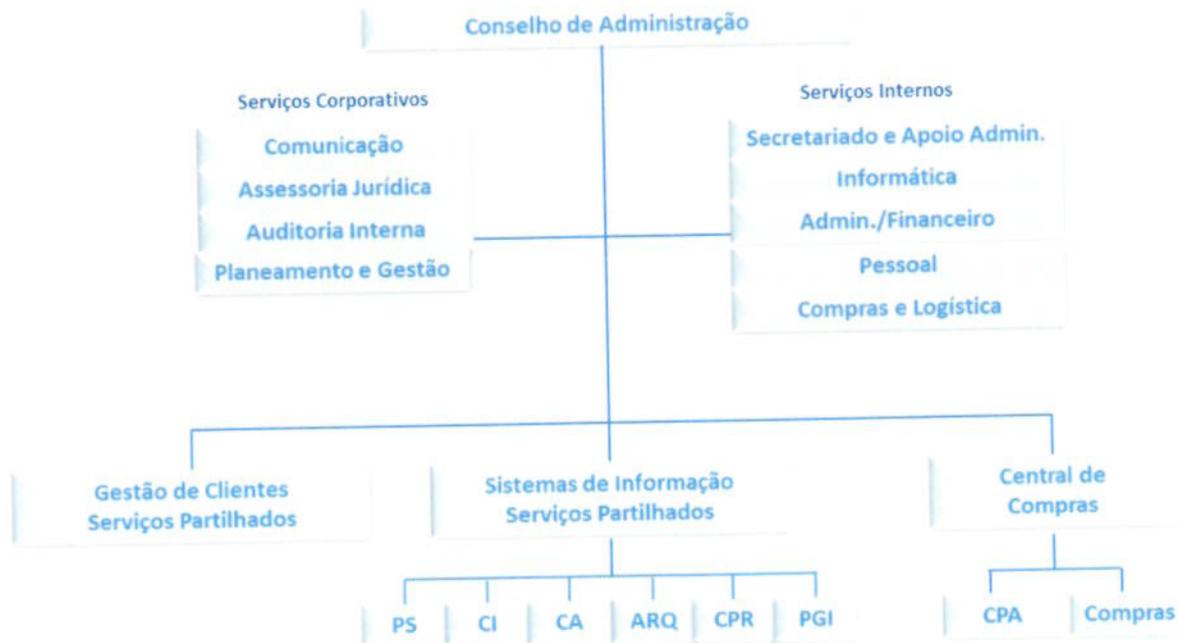
Por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde, a utilização dos serviços partilhados disponibilizados pela SPMS pode ser determinada, com carácter de generalidade, para a totalidade ou parte dos serviços e instituições do SNS ou dos órgãos e serviços do Ministério da Saúde.

A SPMS pode, acessoriamente, exercer quaisquer atividades, complementares ou subsidiárias do seu objeto principal, que não prejudiquem a prossecução do mesmo. De igual modo a SPMS pode, também, constituir ou participar noutras empresas públicas ou sociedades, mediante autorização conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Saúde.

b. Organograma

A conceptualização e concretização da estruturação interna da SPMS tem subjacente a necessidade de assegurar a adequação e qualidade na prestação de serviços partilhados, bem como a agilização das unidades de suporte e e governo da empresa, encontrando-se ilustrada no organograma infra:

201



Os Serviços Corporativos apoiam o Conselho de Administração na gestão, controlo e supervisão dos vários serviços prestados. Os Serviços Internos fornecem serviços de suporte a toda a estrutura organizativa da SPMS.

2. Regulamentos Internos e Externos

Desde a sua criação e definição das respetivas atribuições, o desenvolvimento diário das atividades da SPMS rege-se por um conjunto de regulamentos externos e internos, nomeadamente:

Regulamentos Externos:

- **Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março:** criação da SPMS como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, com alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro.**
- **Resolução de Conselho de Ministros nº 15/2011, de 24 de agosto:** procede à nomeação do Conselho de Administração da SPMS.

Jfe

- 211
-
- **Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro:** regime jurídico do Setor Empresarial do Estado (SEE), com as alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto** e pela **Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro**.
 - **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março:** aprova os Princípios de Bom Governo das empresas do SEE.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2007, de 7 de maio:** define a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.
 - **Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008, de 22 de abril:** define as orientações estratégicas do Estado destinadas ao setor empresarial do Estado.
 - **Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março:** aprova o Estatuto do Gestor Público, com alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei nº 8/2012 de 18 de janeiro**.
 - **Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro:** aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas.
 - **Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro** e legislação complementar: aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo. Foi alterado pelo **Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de outubro**, pela **Lei nº 3/2010, de 27 de abril** e pelo **Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho**.
 - **Despacho nº 14277/2008, de 8 de maio:** estabelece as condições concretas da prestação de informação das empresas públicas não financeiras à Inspeção-geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.
 - **Despacho nº 15836/2011, de 25 de agosto:** fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração da SPMS.

Regulamentos Internos:

- **Regulamento do Conselho de Administração:** estabelece as regras aplicáveis ao funcionamento do Conselho de Administração da SPMS nos termos do disposto no nº 2 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março.

JL

- **Deliberação nº 370/2011, de 25 de agosto:** delega competências dos membros do Conselho de Administração.
- **Regulamento Interno:** estabelece a estrutura orgânica e as competências dos serviços da SPMS.
- **Código de Ética:** determina os princípios e valores genéricos que regem a atuação da SPMS nas relações com os seus *stakeholders*, bem como as normas de ética profissional a observar por todos os seus trabalhadores.
- **Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas:** identifica as áreas de risco e respetivas medidas preventivas, no que concerne à corrupção e infrações conexas.
- **Guia de Comunicação e Imagem:** identifica procedimentos de comunicação interna e externa de forma a garantir uma imagem institucional forte e coesa.
- **Procedimentos Financeiros:** determina, no modelo de internalização da contabilidade, o funcionamento interno dos serviços financeiros da SPMS assim como a sua ligação aos restantes serviços e entidades externas.
- **Procedimentos Compras:** Determina os procedimentos internos de aquisição nas áreas de Compras e de Contratos Públicos de Aprovisionamento.
- **Comunicações Móveis:** define as regras de atribuição de equipamento de comunicações móveis de voz e ou de dados.
- **Circular Informativa nº 1/2012:** informa os procedimentos necessários a seguir por todos os serviços e organismos do Ministério da Saúde e instituições do SNS em matéria de aquisições e utilização de tecnologias de informação na Saúde.
- **Circular Informativa nº 2/2012:** faz um ponto de situação em matéria de aquisições e utilização de tecnologias de informação na Saúde desde a entrada em vigor do Despacho nº 1760/2012, de 7 de fevereiro.
- **Circular Informativa nº 3/2012:** informa os procedimentos e prazo de execução de alterações de infraestrutura na Rede Informática da Saúde (RIS) como referencia para todas as entidades e organismos do Ministério da Saúde ligadas à RIS.

JL

211

3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

Nada a mencionar.

4. Informação sobre outras transações

Lista de fornecedores da SPMS que representam mais de 5% dos FSE's:

Fornecedor	Valor FSE's
Onitelecom Comunicações, SA	8.475.540€
Normática – Serviços de Informática e organização SA	4.247.610€
Prológica – Sistemas Informáticas SA	7.296.954€

5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

O Modelo de Governo da SPMS cumpre as regras de segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, cujas identidades, responsabilidades específicas, remunerações e demais benefícios são divulgados publicamente.

a. Órgãos Sociais

De acordo com o Capítulo II do Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março, os Órgãos Sociais da SPMS são compostos por um Conselho de Administração e um Fiscal Único.

Para o Mandato de 2011-2013 foram nomeados, por Resolução de Conselho de Ministros nº 15/2011, de 24 de agosto, como membros do Conselho de Administração da SPMS:

Presidente: Dr. Raul José Fonseca Mascarenhas

Vogal: Dr.ª Carla Sofia Baptista Reis Santos

Vogal: Dr.ª Sara Lourenço Fernandes Duarte

Como Fiscal Único foi nomeada a empresa KPMG e Associados – SROC, S.A.

211

O Presidente do Conselho de Administração Dr. Raul José Fonseca Mascarenhas renunciou ao mandato com efeitos a 31 de março de 2013. A respetiva substituição ocorreu em 24 de abril de 2013, data em que foi nomeado o novo Presidente do Conselho de Administração, Professor Henrique Manuel Gil Martins, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 10/2013, de 11 de abril, publicada no Diário da República, 2ª série, nº 80, de 24 de abril, a qual produziu efeitos no dia seguinte à respetiva publicação, ou seja, em 25 de abril de 2013.

Compete ao Conselho de Administração, para além do exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos, desenvolver as funções enquadradas no artigo 8º do Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março e respetivo anexo, na sua redação atual.

Ao abrigo do disposto nos artigos 35º e 36º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos do artigo 11º dos Estatutos constantes do Decreto-Lei nº 19/2010, 22 de março na sua atual redação, o **Conselho de Administração da SPMS, EPE procedeu à delegação de competências** nos seguintes termos:

1 – No Presidente do Conselho de Administração, Raul Mascarenhas:

- a) Acompanhar e avaliar sistematicamente a atividade da SPMS e, em especial, assegurar a coordenação das áreas de sistemas de informação e serviços corporativos;
- b) Representar institucionalmente a SPMS;
- c) Tomar conhecimento e determinar as medidas adequadas, sobre as queixas e reclamações apresentadas pelos fornecedores e clientes;
- d) Assegurar a regularidade da cobrança das dívidas e autorizar a realização e o pagamento da despesa da SPMS;
- e) Tomar as providências necessárias à conservação do património afeto ao desenvolvimento da sua atividade e autorizar as despesas inerentes, tal como previstas no plano de investimentos;
- f) Autorizar a abertura de procedimentos pré-contratuais, a designação dos júris e demais formalidades incluindo a realização da audiência prévia de interessados ou respetiva delegação no júri do procedimento, a adjudicação e realização da despesa, bem como os atos relativos à celebração de contrato escrito e respetiva execução relativamente a obras

de construção, beneficiação, ampliação, remodelação ou conservação das instalações e a aquisição de bens e serviços, até ao montante de € 193.000,00;

- g) Autorizar o pagamento de despesas;
- h) Autorizar a utilização de veículo próprio em serviço oficial, nos termos a regulamentar pelo Conselho de Administração.

2 – Na Vogal do Conselho de Administração, Carla Reis Santos:

- a) Coordenar os serviços internos, designadamente, recursos humanos, financeiros, informáticos, logísticos e patrimoniais;
- b) Executar os atos preparatórios ou instrumentais inerentes ou decorrentes da celebração, prorrogação, resolução e caducidade dos contratos de trabalho;
- c) Fixar, de acordo com as orientações do Conselho de Administração, os horários específicos de trabalho e autorizar os respetivos pedidos;
- d) Autorizar a ausência e decidir sobre a justificação das faltas dadas pelos trabalhadores, bem como a concessão de licenças;
- e) Aprovar o plano de férias anual, bem como as respetivas alterações, autorizar o gozo de férias antes da aprovação do plano e a transição de férias para o ano civil subsequente;
- f) Autorizar a frequência de ações de formação, colóquios, seminários e cursos, realizados em Portugal, bem como as respetivas despesas;
- g) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante, bem como autorizar as prerrogativas ao mesmo inerente;
- h) Conceder as licenças e dispensas previstas no âmbito da proteção da parentalidade;
- i) Autorizar as deslocações em serviço e o processamento das despesas respetivas;
- j) Garantir a aplicação do regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- k) Autorizar a prestação de trabalho suplementar e o respetivo pagamento;
- l) Autorizar o pagamento de vencimentos, suplementos e outros abonos;
- m) Autorizar a abertura de procedimentos pré-contratuais, a designação dos júris e demais formalidades incluindo a realização da audiência prévia de interessados ou respetiva delegação no júri do procedimento, a adjudicação e realização da despesa, bem como os atos preparatórios da celebração de contrato escrito e respetiva execução relativamente a obras de construção, beneficiação, ampliação, remodelação ou conservação das instalações e a aquisição de bens e serviços, até ao montante de € 193.000,00;

n) Autorizar o pagamento de despesas.

3 – Na Vogal do Conselho de Administração, Sara Fernandes Duarte:

- a) Assegurar a coordenação geral da Central de Compras e Gestão de Clientes – Serviços Partilhados;
- b) Assegurar a gestão do catálogo de aprovisionamento público da saúde (CAPS); em especial, praticar todos os atos relacionados com a formação e execução dos contratos públicos de aprovisionamento;
- c) No âmbito de processos de compra não abrangidos pelo CAPS, autorizar a abertura de procedimentos pré-contratuais, a designação dos júris e demais formalidades incluindo a realização da audiência prévia de interessados ou respetiva delegação no júri do procedimento, a adjudicação e realização da despesa, bem como, os atos preparatórios da celebração de contrato escrito e respetiva execução, até ao montante de € 193.000,00.
- d) Autorizar o pagamento de despesas.

6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

a. Fiscal único

Unid: €

KPMG&Associados - Soc de Revisores Oficiais de Contas SA	2012
Remuneração anual auferida	14.262,60
Redução remuneratória*	
Remuneração anual efetiva	14.262,60

* Decorrente da Lei nº 64-B/2011

b. Conselho de Administração

Unid: €

	Presidente do Conselho de Administração - Raúl Mascaranhas	Vogal do Conselho de Administração - Carla Reis Santos	Vogal do Conselho de Administração - Sara Fernandes Duarte
Mandato			
Adaptado ao EGP (Sim/Não)			
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	73.954,37 €	61.253,80 €	61.253,80 €
OPRLO	NA	NA	NA
Entidade de Origem (identificar)			
Entidade pagadora (origem/Destino)			
1.1.Remuneração Anual	86.496,34	51.275,70	51.275,70
1.2.Despesas de Representação (Anual)	0,00	17.580,24	17.580,24
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0,00	0,00	0,00
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	4.324,82	2.440,92	2.440,92
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	8.217,15	4.637,29	4.637,29
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0,00	0,00	0,00
1.7.Reduções de anos anteriores	0,00	523,93	523,93
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3.-1.4.-1.5.-1.6.-1.7)	73.954,37 €	61.253,80 €	61.253,80 €
2. Remuneração variável	0,00	0,00	0,00
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0,00	0,00	0,00
4.Outras (identificar)	0,00	0,00	0,00
Subsídio de deslocação	0,00	0,00	0,00
Subsídio de refeição	1.029,07	1.029,07	1.029,07
Encargos com benefícios sociais			
Regime de Proteção Social			
- Indicar Regime (ADSE/Seg.Social/Outros)	SS	CGA	SS
- Valor	13.642,00	12.495,00	5.977,00
Seguros de saúde			
Seguros de vida			
Seguro de Acidentes Pessoais			
Outros (indicar)			
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)			
Entidade (identificar)			
Remuneração Anual			

Parque Automóvel	Nome e Cargo	Nome e Cargo	Nome e Cargo
Mandato			
Localidade de Utilização			
Valor de referência da viatura nova			
Ano Início			
Ano Término			
Utilização (se aplicável)			
Valor Anual			
Valor de renda prestação anual de viatura de serviço			
Combustível gasol como viatura			
Plano anual Combustível aplicável			
Outros (Portagens, Reservas, Seguro)			
Limite de Início conforme Art.º 20 do EGP (Sim/Não)			

Nada a mencionar

	Presidente do Conselho de Administração - Raúl Mascaranhas	Vogal do Conselho de Administração - Carla Reis Santos	Vogal do Conselho de Administração - Sara Fernandes Duarte
Outras regalias e compensações			
Mandato			
Plano mensal atribuído em comunicações móveis	50,00 €	50,00 €	50,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	181,39 €	112,72 €	237,81 €
Outras (indicar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Limite de Início conforme Art.º 20 do EGP (Sim/Não)	0,00 €	0,00 €	0,00 €

	Presidente do Conselho de Administração - Raúl Mascaranhas	Vogal do Conselho de Administração - Carla Reis Santos	Vogal do Conselho de Administração - Sara Fernandes Duarte
Gastos de deslocações			
Mandato			
Custo total anual de viagens	697,05 €	152,00 €	0,00 €
Custos anuais com Alojamento	65,00 €	116,00 €	0,00 €
Ajudas de custo			
Outras (indicar)			

2012

c. Remunerações globais

Designação	Und: €		
	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	75.349	2.579.844	7.073.909
Gastos com Órgãos Sociais (€)	120.760	219.807	205.704
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	13.552	26.698
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	0	0	0
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	0	0	0
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Rescisões / Indemnizações (€)	0	14.898	131.596
Designação	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	9	210	419
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	3	3	3
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	0	0	0
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	0	0	0



Sfe

2011

7. Análise de sustentabilidade nos domínios económicos, social e ambiental

a. Obrigações de Serviço Público

Em consonância com o direito exclusivo de exercer a atividade de disponibilização de serviços partilhados específicos da área da saúde, a SPMS tem obrigação de contratar os bens e serviços de que não disponha e que sejam necessários à prossecução das atribuições estabelecidas, respeitando as regras de contratação pública e de boa gestão aplicáveis às empresas do setor empresarial do Estado. Desta forma, deixa de pender sobre o mesmo e as instituições e serviços do SNS a responsabilidade pelo fornecimento de serviços que, pela sua natureza e relevância estratégica, podem e devem ser garantidos por um único fornecedor a todas as entidades do sistema de saúde o que permite a sua libertação para se concentrarem na prossecução das suas atividades nucleares: a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos.

A SPMS atua, também, subsidiariamente face aos fins e competências prosseguidos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (ESPAP), sucessora das atribuições da Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GERAP, EPE) e da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP, EPE), articulando-se com aquela.

b. Termos Contratuais da Prestação de Serviço Público

Em observância ao disposto no nº 3 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março, na sua atual redação, a prestação dos serviços partilhados disponibilizados pela SPMS pode ser determinada, com caráter de generalidade, para totalidade ou parte dos serviços e instituições do SNS ou dos órgãos e serviços do Ministério da Saúde.

O membro do Governo responsável pela área da Saúde pode emitir orientações e instruções à SPMS e verificar o seu cumprimento, no âmbito da prestação da sua atividade, quanto aos seus objetivos estratégicos, o orçamento, a programação da atividade económica da empresa e outras decisões de importância análoga.

211

c. Modelo de Financiamento Subjacente à Prestação de Serviço Público

Para além do seu capital próprio, a SPMS é financiada pelos proveitos subjacentes às remunerações das prestações de serviços, de onde se destaca o contrato programa celebrado com a Administração Central do Sistema de Saúde.

d. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

A reforma do Serviço Nacional de Saúde (SNS), cujo foco é acrescentar valor para o cidadão tendo por objetivo conseguir bons resultados de forma eficiente e mais equitativa, prevê a adoção de serviços partilhados na área da saúde com a visão da promoção de eficácia e eficiência em organizações dos setores público e privado, permitindo não só elevadas poupanças, criação de sinergias e aumento de produtividade, como também benefícios ao nível da qualidade do serviço prestado e da qualidade e celeridade da informação de gestão produzida.

Neste âmbito, foi criada pelo Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 108/2011, de 17 de novembro, a SPMS com atribuições na prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros, recursos humanos e tecnologias de informação e comunicação aos estabelecimentos e serviços do SNS, órgão e serviços do Ministério da Saúde e quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

No que respeita aos Acordos Quadro, têm sido adotadas medidas que permitam a racionalização da despesa pública e a obtenção de poupanças.

Na atuação da SPMS será sempre promovida a não discriminação, designadamente, em função do género, da nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social, capacidade física ou orientação sexual, tendo em vista a igualdade de tratamento e de oportunidades e uma atuação justa e imparcial.

JLL

8. Princípios de Bom Governo

a. Viabilidade do cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A SPMS está em condições de cumprir com os Princípios de Bom Governo previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

b. Código de Ética

O Código de Ética da SPMS foi aprovado através de Deliberação do Conselho de Administração, em 22 de setembro de 2011 e visa estabelecer os princípios e valores genéricos que regem a atuação da SPMS nas relações com os seus *stakeholders*, bem como as normas de ética profissional a observar por todos os seus trabalhadores, em cumprimento do determinado pelo nº 14 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 01 de fevereiro, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado.

Todos os trabalhadores da SPMS, EPE, independentemente da natureza do seu vínculo contratual ou posição hierárquica, devem conhecer e interiorizar os princípios a seguir elencados no Código de Ética, como referencial de conduta permanente.

O código de ética está disponível para consulta no site da SPMS, EPE (www.spms.pt).

c. Sistema de controlo e identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses

No âmbito da Recomendação aprovada em 1 de julho de 2009, pelo Conselho de Prevenção da Corrupção a SPMS, ciente da necessidade e complementaridade deste novo instrumento de gestão, aprovou em outubro de 2011 o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Este Plano inicia-se com a proclamação de um firme **Compromisso Ético** transversal dos vários intervenientes nos procedimentos, com a adesão a um conjunto de princípios e valores fundamentais de relacionamento, designadamente: i) Integridade, procurando as melhores soluções para o interesse público que se pretende atingir; ii) Comportamento profissional; iii)

211

Consideração ética nas ações; iv) Responsabilidade social; v) Não exercício de atividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções na empresa ou criar situações de conflitos de interesses; vi) Promoção, em tempo útil, do debate necessário à tomada de decisões; vii) Respeito absoluto pelo quadro legal vigente e cumprimento das orientações internas e das disposições regulamentares; viii) Manutenção da mais estrita isenção e objetividade; ix) Transparência na tomada de decisões e na difusão da informação; x) Igualdade no tratamento e não discriminação; xi) Declaração de qualquer presente ou benefício que possam influenciar a imparcialidade com que exercem as suas funções; xii) Respeito e proteção dos bens da empresa, não permitindo a sua utilização abusiva; xiii) Adoção de Medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e despesas, a fim de permitir o uso mais eficiente dos recursos disponíveis.

Esse compromisso ético deve funcionar como referência basilar das atitudes e comportamentos dos trabalhadores no exercício das suas atividades, de forma a fazer sobressair o interesse público e o espírito de serviço e dinamizar mecanismos inovadores que acrescentem valor à gestão e aumentem a satisfação de todos os interessados. Assim, aos valores acima descritos, acresce ainda um conjunto de deveres profissionais específicos relativos à conduta pública de todos os trabalhadores e trabalhadores da empresa, densificados no Código de Ética da SPMS.

São estas as principais normas de conduta que ilustram a forma como os valores devem ser assegurados e que orientam o relacionamento dos trabalhadores e trabalhadores com a diversidade de interlocutores no exercício da sua atividade.

Foram sinalizadas na SPMS, as seguintes **Áreas de Risco**:

- a) Contratação Pública
- b) Recursos Humanos
- c) Gestão Financeira

As medidas preventivas indicadas, por cada área de responsabilidade, integram, de forma meramente exemplificativa, medidas existentes e a adotar, tendo em conta as funções e o grau de risco inerente.

Os riscos devem ser classificados segundo uma escala de *risco elevado* (E), *risco moderado* (M) e *risco fraco* (F), em função do grau de probabilidade de ocorrência e da gravidade das suas consequências. Tal probabilidade é aferida pela caracterização e especificidades funcionais de cada uma das competências ou funções de cada área de responsabilidade.

Apresentam-se de seguida os quadros contendo o detalhe da análise desenvolvida:

Contratação Pública

Situação potenciadora de risco	Grau	Medidas de prevenção
Inexistência ou existência deficiente, de sistema estruturado de avaliação das necessidades	M	Implementação de um sistema estruturado de avaliação das necessidades; elaboração de plano formal anual de compras
Tratamento deficiente das estimativas de custo	M	Implementação de sistema de controlo; base de dados com informação relevante sobre histórico de aquisições; conceber indicadores que permitam a monitorização da execução das aquisições e cálculo de poupanças
Inexistência ou existência deficiente de estudos adequados para a elaboração de projetos	M	Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários
Indefinição de responsabilidade de cada um dos intervenientes; deficiência de segregação de funções no decurso do procedimento	M	Definição prévia de níveis de responsabilidades assegurando que existe segregação de funções. Aprovação de manual de procedimentos
Desadequação de quantidades requeridas	M	Junção à proposta de aquisição, de nota síntese sobre o circuito operacional de levantamento de necessidades
Inexistência ou existência deficiente de previsão de vicissitudes do procedimento; controlo deficiente dos prazos	F	Rigorosa avaliação de riscos jurídicos; implementação de um sistema de controlo formal, com cearização através de cronogramas dos potenciais incidentes
Ausência de verificação sobre a existência de oferta no mercado e comparação de preços	M	Definição clara do objeto do procedimento sem intervenção de qualquer possível fornecedor; análise efetiva do mercado
Fundamentação insuficiente da escolha do procedimento adotado	M	Justificar a escolha do procedimento, distinguindo critérios materiais e em função do valor
Inexistência ou existência deficiente, de sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar procedimentos pré-contratuais	M	Reforçar a rotatividade dos membros designados para a composição dos júris; implementação de um sistema de controlo interno que garanta a fiabilidade e a inexistência de riscos
Previsão de critérios de avaliação das propostas, com dados não quantificáveis nem comparáveis	F	Garantir que os critérios de adjudicação são enunciados de forma clara e suficientemente pormenorizada nos instrumentos de concurso; que o modelo de avaliação das propostas tem um carácter objetivo e que o preço das propostas é avaliado em referência a parâmetros de razoabilidade
Participação dos mesmos intervenientes na análise de propostas e na redação de contratos	F	Implementação de medidas de segregação funções
Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	F	Garantir que o clausulado é claro e rigoroso
Inexistência de controlo relativamente à vigência dos contratos	M	Garantir a monitorização do prazo de duração do contrato; evitar a previsão da possibilidade de renovação automática dos contratos
Falta de acompanhamento e avaliação regulares do desempenho do contratante	M	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução do contrato mediante a fiscalização regular do desempenho, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade fixados

Situação potenciadora de risco	Grau	Medidas de prevenção
Ausência de controlo rigoroso dos custos do contrato	M	Garantir a concordância dos valores orçamentados com os custos contratados
Ausência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	M	Calendarização sistemática
Existência de conflitos de interesses que interfiram com a transparência dos procedimentos; existência de favoritismo injustificado	F	Implementação de medidas de segregação funções
Existência de situações de conluio entre concorrentes e de eventual corrupção dos funcionários	M	Exigência de declaração de eventuais impedimentos dos intervenientes no procedimento

Recursos Humanos

Situação potenciadora de risco	Grau	Medidas de prevenção
Utilização de critérios de recrutamento e de avaliação com uma excessiva margem de discricionariedade	F	Elenco objetivo de critérios de seleção de candidatos que permita que a fundamentação das decisões de contratar seja facilmente perceptível e sindicável
Favorecimento ilícito na escolha de recursos a contratar	F	Processo de recrutamento em várias fases; participação de diversos intervenientes no processo de recrutamento; determinação de regras de rotatividade dos elementos que compõem os júris de avaliação e seleção
Divulgação de informação confidencial	F	Mecanismos de acesso e acompanhamento restrito dos processos de recrutamento
Ausência ou deficiente fundamentação dos resultados das decisões de avaliação	M	Formação interna, sensibilização dos intervenientes decisores no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, de avaliação, ou outros atos de gestão de pessoal, para a necessidade de fundamentação das suas decisões
Utilização excessiva do recurso a trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes	F	Aprovação de regulamento interno sobre organização e duração do tempo de trabalho
Utilização da contratação a termo ou das prestações de serviços para satisfação de necessidades permanentes	F	Implementar um sistema de planeamento laboral; reporte anual com parametrização de necessidades
Não disponibilização, aos interessados, de mecanismos de acesso facilitado e célere a informação procedimental relativa aos procedimentos de seleção ou de avaliação de pessoal	F	Tornar acessível ao público em geral, todo o acervo de informação sobre a empresa e respetiva política laboral

Gestão Financeira

Situação potenciadora de risco	Grau	Medidas de prevenção
Assunção de despesas sem prévia autorização	F	Informatização integrada dos procedimentos de controlo interno e contabilidade
Controlo interno deficiente quanto à execução dos contratos	M	Elaboração de manual de procedimentos; procedimentos efetivos e documentados; maior responsabilização pelo cumprimento das normas financeiras
Deficiência ao nível da inventariação e avaliação dos bens	M	Efetiva segregação de funções

Na sequência da aprovação e implementação do Plano em apreço, a SPMS procede ao controlo de validação, no sentido de verificar a conformidade factual entre as normas nele sistematizadas e a respetiva e efetiva aplicação, através da criação de métodos e definição de procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento e prossecução das suas atividades de forma adequada e eficiente.

d. Divulgação da informação

Conforme previsto pelos Princípios de Bom Governo, a SPMS divulga no seu *site* institucional (www.spms.pt) os documentos de gestão considerados mais relevantes:

- **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas:** de acordo com as orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção criado pela Lei nº 54/2008 a SPMS cumpre a legislação e regulamentação em vigor, especialmente no que respeita às normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, e de natureza laboral, desenvolvendo o referido Plano;
- **Relatório de Gestão e Contas 2010:** descreve as atividades e contas da empresa entre 19 de julho de 2010, data em que o Conselho de Administração anterior iniciou funções e 31 de dezembro de 2010;
- **Plano Estratégico e de Atividades 2011-2013, Plano de Atividades e Orçamento 2012:** estes documentos espelham os objetivos e atividades traçadas pelo Conselho de Administração, incluindo o enquadramento da SPMS (atribuição, missão, valores, princípios orientadores, princípios éticos e valores), modelo de governação (composição e mandato dos órgãos sociais, delegação de competências, poderes de tutela, supervisão e controlo e organograma), recursos humanos e financeiros existentes, objetivos estratégicos e orçamento e as atividades a desenvolver em 2012 em função da missão e objetivos.
- **Código de Ética:** aprovado pelo Conselho de Administração da SPMS em setembro de 2011, é aplicável a todos os trabalhadores da empresa, independentemente da natureza do seu vínculo contratual ou posição hierárquica.
- **Regulamento Interno:** que estabelece a estrutura orgânica e as competências dos serviços da SPMS.

- **Igualdade de Género:** De acordo com os Princípios de Bom Governo estabelecidos pela Resolução de Conselho e Ministros nº 49/2007, de 28 de março, e as Orientações Estratégicas do Estado ao Setor Empresarial emanadas pela Resolução de Conselho de Ministros nº 70/2008, de 22 de abril.

Para além dos documentos de gestão acima enumerados, são também publicadas no site da SPMS informações institucionais tais como a Missão, Organograma, Órgãos Sociais, responsabilidades do Conselho de Administração e remuneração dos Órgãos Sociais bem como notícias relacionadas com a atividade da empresa.

Quadros-síntese de avaliação dos Princípios de Bom Governo

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

20

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			Integrado no Relatório e Contas 2012 que será publicado no site
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			Integrado no Plano Estratégico 2011-2013 publicado no site
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Com a periodicidade prevista nos respetivos instrumentos legais a SPMS presta, ainda, informações financeiras à DGO e DGTF e ACSS.

Reportes Mensais

Entidade	Informação	Data limite	Forma de Envio
DGO	Balancete Analítico Mensal	Último dia do mês	Serviço online DGO
DGO	Operações de financiamento	Até ao dia 10 do mês seguinte	e-mail
DGTF	Mapa de demonstração fluxos de caixa	Dia 15 de cada mês	SIRIEF
DGTF	Mapa de demonstração fluxos de caixa ajustada	Dia 15 de cada mês	SIRIEF
DGTF	Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	Último dia do mês	SIRIEF
DGTF	Saldo Dívidas vencidas	Último dia do mês	SIRIEF
ACSS	Previsões de receita e despesa	Até ao dia 10 do mês seguinte	e-mail

Reportes Trimestrais

Entidade	Informação	Data limite	Forma de Envio
DGO	Balanço e Demonstração de Resultados	Último dia do mês seguinte	Serviços online DGO
DGO	Stock de dívida trimestral		
DGO	Dívida e ativos expressos em títulos da dívida emitidos pelas administrações públicas		
DGTF	Balanço		SIRIEF
DGTF	Unidades de Tesouraria		
DGTF	Demonstrações dos Resultados por Natureza		
DGTF	Indicadores de gestão e número de trabalhadores		
DGTF	Responsabilidades Contingentes	Dia 10 do mês seguinte	e-mail
DGO	Operações de financiamento	Dia 10 do mês seguinte	e-mail

Reportes Anuais

Entidade	Informação	Data limite	Forma de Envio
DGO	Estimativa do balanço e Demonstração de Resultados	28 de fevereiro do ano seguinte	Serviços online DGO
DGO	Demonstrações financeiras previsionais para o ano em curso e seguinte (Orçamento de Estado)	Data a indicar pela DGO	
DGTF	Execução acompanhamento do Passivo Remunerado	30 de janeiro do ano seguinte	SIRIEF
DGTF	DACP	30 de janeiro do ano seguinte	SIRIEF
DGTF	Execução responsabilidade com pensões	30 de janeiro do ano seguinte	SIRIEF

9. Balanço Social

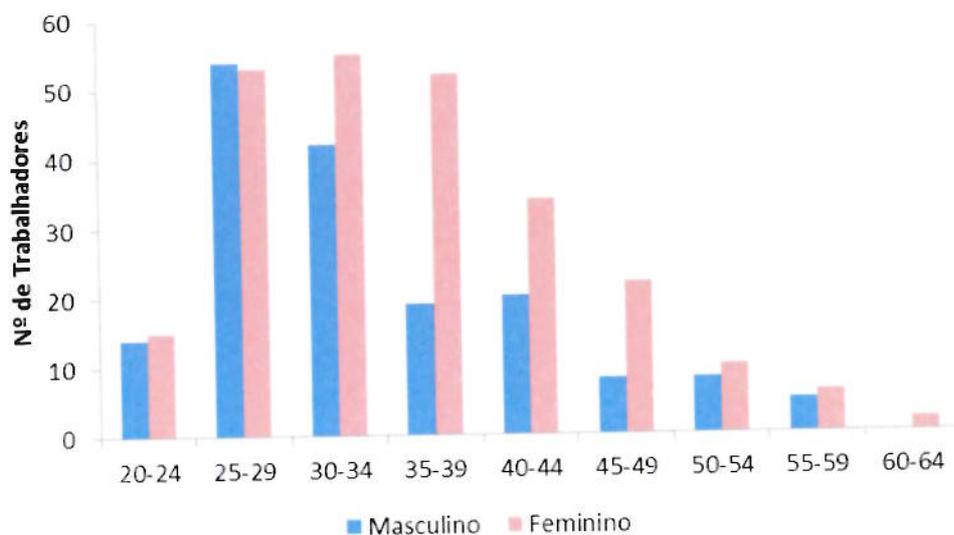
A 31 de dezembro de 2012, o número de trabalhadores da SPMS ascendia a 419, dos quais 170 (41%) pertenciam ao género masculino e 249 (59%) ao feminino.

A SPMS apresenta uma **estrutura etária** muito jovem, com uma taxa de envelhecimento (>55 anos) de 3,10%.

Na classe etária dos 25-29 anos encontravam-se mais de 25% dos trabalhadores, enquanto que 40% dos trabalhadores da SPMS encontravam-se nas classes etárias dos 30-34 anos e 35-39 (23% e 17%, respetivamente). Em ambos os géneros, a classe modal é a dos 30-34 anos.

20

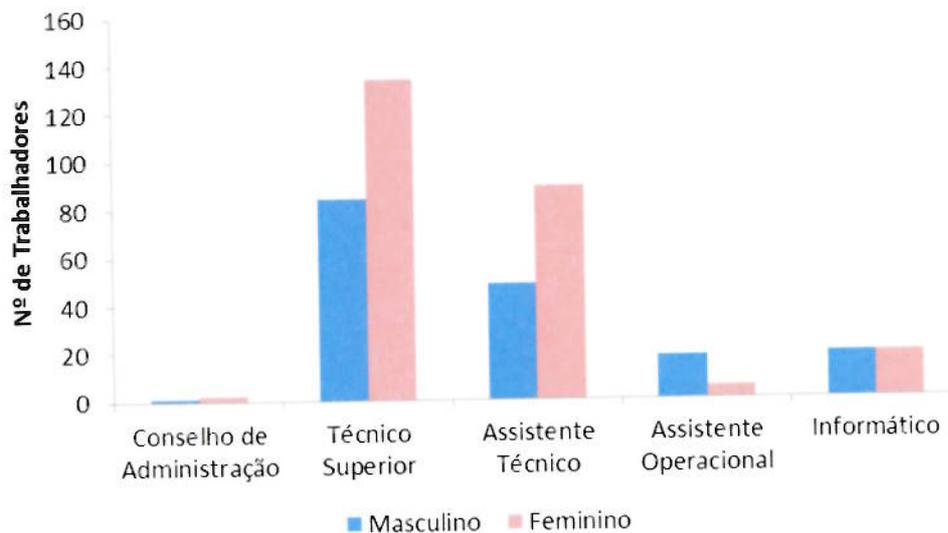
Trabalhadores da SPMS em 31 de dezembro de 2012, segundo o Escalão Etário e Género



No grupo etário mais jovem (20-24 e 25-29 anos) existe uma paridade Homem/Mulher que se vai alterando a favor das mulheres à medida que aumenta o grupo etário.

No referente aos efetivos por **carreira profissional**, destacam-se os Técnicos Superiores (52%), seguidos dos Assistentes Técnicos (33%).

Trabalhadores da SPMS, EPE a 31 de dezembro de 2012, segundo o Grupo Profissional



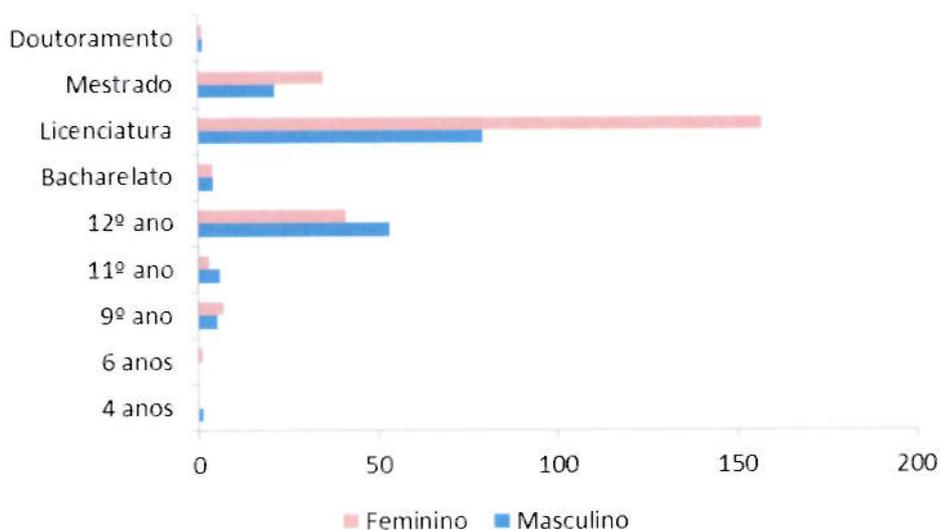
Sfe

Neste sentido, a taxa de tecnicidade em sentido restrito é de 61% e em sentido lato¹ atinge os 94%.

No que respeita à **modalidade de vinculação**, destacam-se largamente os Contratos de Trabalho no âmbito do Código de Trabalho (89,7%) seguidos dos Contratos de Trabalho em Funções Públicas (8,5%), enquanto que a modalidade Comissão de Serviço é residual (0,95%).

No cômputo geral, o grau de licenciatura é o **nível de escolaridade** mais representativo nos trabalhadores da SPMS em dezembro de 2012 (56%). O grau de licenciatura é preponderante em ambos os géneros.

Trabalhadores da SPMS a 31 de dezembro de 2012, segundo o Nível de Escolaridade e Género



A taxa de formação superior² em 2012 era de 77% (45% no sexo masculino e 60% no sexo feminino). O número de trabalhadores com escolaridade inferior a 6 anos e com Doutoramento é residual.

¹ Sentido restrito= (Técnico Superior + Informático)/Total de trabalhadores *100;

Sentido lato= (Técnico Superior + Assistente Técnico + Informático)/ Total de trabalhadores *100

² (Total de Mestrados + Licenciatura + Bacharelato)/Total de trabalhadores*100

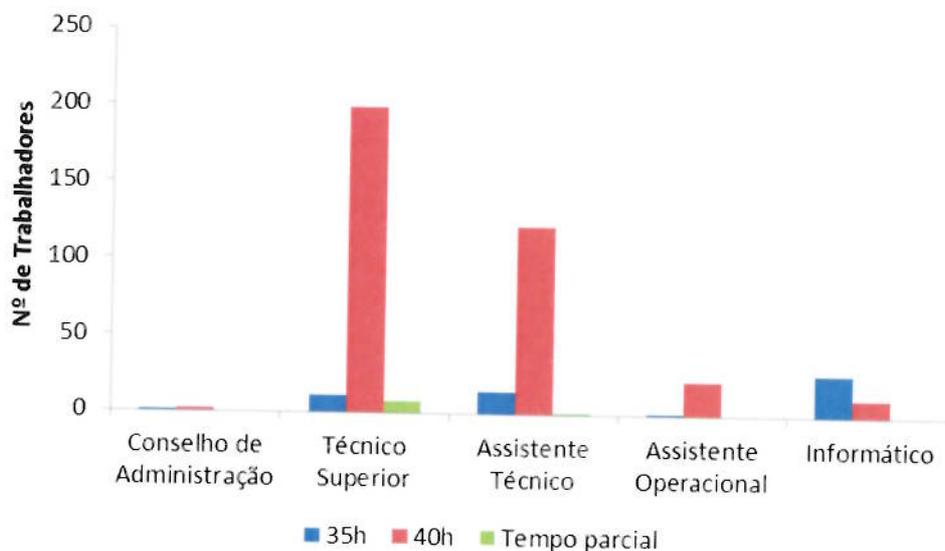
20

Em 2012, registaram-se no total 68 **saídas de trabalhadores**, sendo que 46 trabalhadores pertenciam ao género feminino e 22 ao masculino, o que corresponde a uma taxa de saídas de 16%. De entre as saídas ocorridas, 49 (72%) foram motivadas pela caducidade/termo do contrato, 9 por denúncia por iniciativa do trabalhador, 5 por cessação por mútuo acordo, 1 por conclusão sem sucesso do período experimental e as restantes 4 saídas por outros motivos.

O maior número de saídas verificou-se nos Assistentes Técnicos (48,5%), seguidos dos Técnicos Superiores (31%).

Verifica-se um grande predomínio dos horários de 40 horas semanais, abrangendo 85% dos trabalhadores, em praticamente todas as categorias profissionais.

Carga horária dos trabalhadores da SPMS a 31 de dezembro de 2012, segundo a Categoria Profissional



No total, foram efetuadas 2 577 **horas de trabalho extraordinário**, correspondentes a trabalho em dias de descanso semanal complementar (1 658: 64%), trabalho extraordinário diurno (834: 32%) e trabalho em dias de descanso semanal obrigatório, e em dias feriado (33: 1% e 52: 2%, respectivamente), de Assistentes Técnicos (59%) e Técnicos Superiores (37%).

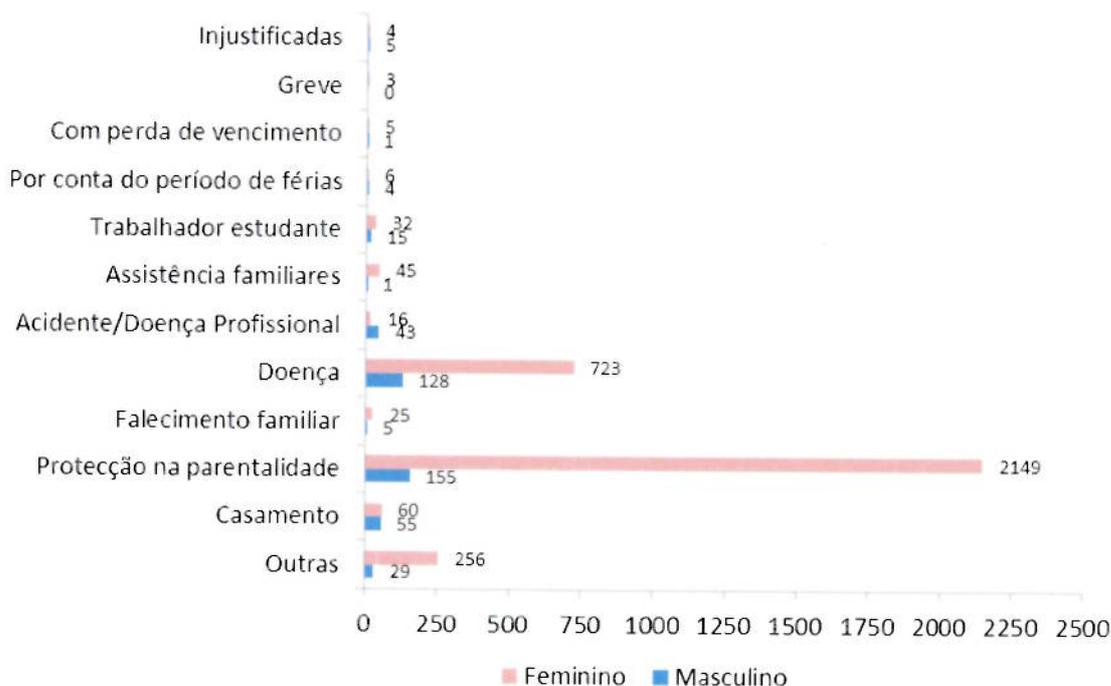
21 Jfe

211

Durante o ano de 2012 registaram-se um total de 3 767 **dias de ausência ao trabalho**, dos quais 3 325 dias correspondem a trabalhadores do género feminino (88%) e 442 dias do género masculino (12%). A Taxa de Absentismo global é de 3,46%.

O principal motivo das referidas ausências é a Protecção na Parentalidade (61%), seguindo-se a Doença (23%) e a categoria Outras (8%). A Assistência a Familiares assume, ainda, no sexo feminino alguma representatividade (45 dias de ausência de trabalhadores do género feminino e 1 dia de ausência de trabalhador do género masculino). Não se registaram dias de ausência devido ao cumprimento de pena disciplinar.

Dias de ausência ao trabalho dos trabalhadores da SPMS a 31 de dezembro de 2012, segundo o motivo



Os Técnicos Superiores e os Assistentes Técnicos são os que apresentam o maior número total de dias de ausência (2 317 dias e 893 dias, respetivamente) e número médio de ausências por trabalhador (10,6 dias e 6,5 dias, respetivamente).

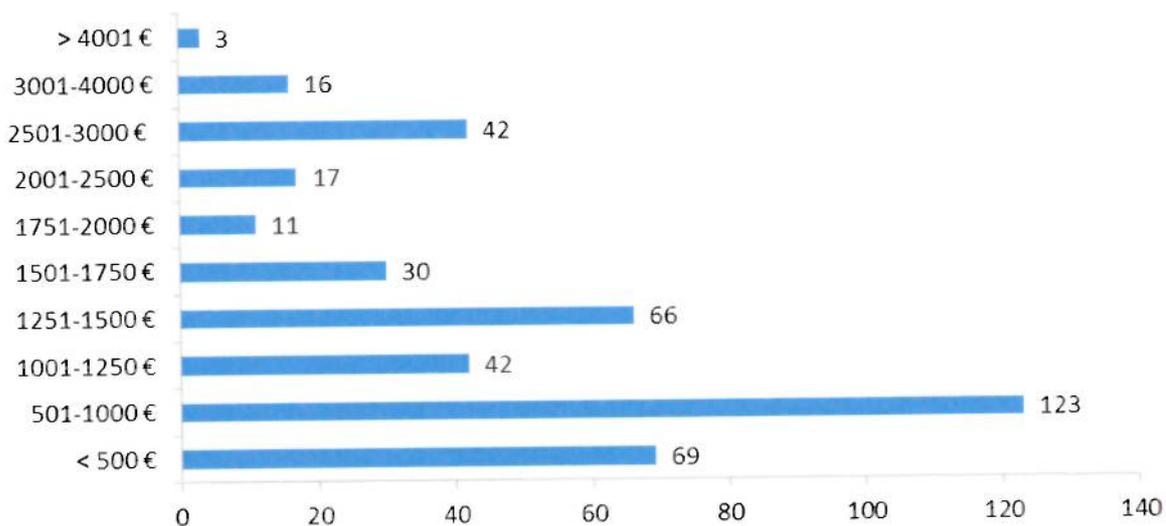
Em 2012, o valor total de encargos com pessoal foi de 4 milhões e seiscentos mil euros, dos quais 92,7% corresponde à remuneração base, 5,6% a prestações sociais e 1,7% a suplementos remuneratórios.

[Assinaturas manuscritas]

211

Em 2012, 29% dos trabalhadores encontravam-se no escalão de vencimento entre os 501-1000 euros, seguindo-se o escalão dos < 500 euros e dos 1251-1500 (ambos 16%) como os mais representativos.

Estrutura Remuneratória dos trabalhadores da SPMS a 31 de dezembro de 2012, segundo o escalão



O salário base médio mensal líquido³ era de 737,9 euros e o leque salarial⁴ de 12,1 (5 869/485 euros) no sexo masculino e 10,4 (5 020/485 euros) no feminino.

³ (Encargos com Pessoal (remuneração base) /Efetivos Globais) /14

⁴ Maior remuneração base líquida/Menor remuneração base líquida

0 Sfe

xl

Capítulo 2 – Síntese das atividades desenvolvidas em 2012

1. Transações e Aquisições mais relevantes

Em 2012 as transações mais relevantes foram as seguintes:

- Por força do disposto no nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março, na sua atual redação, a SPMS tem o direito exclusivo de disponibilizar serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde que decidam recorrer a soluções de serviços partilhados para assegurar as suas funções naquelas áreas.

Foram celebrados diversos contratos com vista à disponibilização por parte da SPMS de Serviços Partilhados em Compras e Logística, Contabilidade e Gestão Financeira, Recursos Humanos, Sistemas de Informação, Conferência de Faturas, Gestão e Planeamento, Informática e/ou Apoio à Gestão com a Administração Regional de Saúde do Centro, Centro Hospitalar Oeste Norte, Centro Hospitalar de Torres Vedras, ACSS, Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, Administração Regional de Saúde do Algarve, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Centro Hospitalar de Lisboa Central, Administração Regional de Saúde do Norte e Infarmed.

- Na sequência do Decreto-Lei n.º 108/2011, a SPMS passou a ser a entidade responsável pelo desenvolvimento, manutenção e operação de vários sistemas integrados de informação na área do sector da saúde implicando, em consequência, a alteração de atribuições da ACSS. A ACSS, na senda da alteração introduzida mantém a missão de prover o Serviço Nacional de Saúde com os adequados sistemas de informação e comunicação, recorrendo para o efeito à SPMS. Neste contexto, foi celebrado um contrato-programa com a definição dos objetivos para a prestação de serviços por parte da SPMS relativos a sistemas de informação e comunicação e mecanismos de racionalização de compras.

☉ Jfe

xll

2. Atividades por Área

1. Comunicação

- *Clipping* e análise da imprensa diária.
- Construção e divulgação da plataforma SER – Saúde em Rede.
- Gestão do site SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE.
- Dinamização da plataforma de Inquéritos.
- Assessoria de imprensa.
- Elaboração mensal e divulgação da newsletter SPMS / Catálogo de Aprovisionamento Público da Saúde.
- Acompanhamento da comunicação de outros departamentos da SPMS.

2. Planeamento e Gestão

- Monitorização da Prescrição Eletrónica de Medicamentos (CSP e Hospitais): definição das fichas de análise individual dos hábitos prescritivos dos profissionais, desenvolvimento de relatórios mensais com a evolução dos indicadores selecionados (volume e valor das receitas manuais/ eletrónicas; medicamentos de marca/genéricos), prescrição por grupos farmacoterapêuticos e exceções; prescrição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica; Normas de Orientação Clínica (antiagregantes, diuréticos, metformina);
- Análises comparativas entre o valor unitário de aquisição dos medicamentos selecionados em meio Hospitalar, valor médio, mais elevado e mais baixo nos Hospitais do SNS e o preço mínimo no CAPS;
- Análise do valor em débito e em crédito entre instituições do SNS e principais farmacêuticas (fornecedores externos);
- Análise dos custos com manutenção TIC nos principais Hospitais do SNS;
- Desenvolvimento de um painel de indicadores de gestão da SPMS e sua monitorização trimestral;
- Acompanhamento do desenvolvimento do site e da SER, gestão de contatos e inserção de conteúdos;
- Acompanhamento do Projeto “Função Compras Hospitalar”;

-
- 1 *xl*
- Atualização dos documentos divulgados no site da Direção-Geral do Tesouro e Finanças: Princípios de Bom Governo, Modelo de Governo, Caracterização da Empresa;
 - Análise de relatórios dos órgãos de controlo interno e externo
 - Análise da aquisição de Pacemakers e CDI's em Hospitais selecionados;
 - Análise do investimento da solução VOIP no SNS: análise-piloto para a Região do Algarve;
 - Relatório sobre igualdade de género na SPMS;
 - Gestão dos pareceres TICADM: preenchimento das folhas de excel, realização de relatório trimestral, preenchimento da tabela resumo para publicação no site;
 - Organização de workshops: contratação pública e TIC.

3. Secretariado e Apoio Administrativo

- Gestão de agendas, contactos telefónicos e agendamento de reuniões com clientes e fornecedores, dos membros do Conselho de Administração (CA);
- Coordenação e preparação de assuntos para reuniões internas dos membros do CA e com clientes e fornecedores;
- Elaboração de documentação: ofícios, comunicações, memorandos, mapas, apresentações, etc.;
- Gestão de arquivo documental do CA;
- Interface entre os assuntos do CA e os restantes departamentos e/ou clientes e fornecedores;
- Organização de viagens;
- Gestão de economato;
- Gestão de tarefas de Office Management;
- Receção e atendimento telefónico e presencial;
- Preparação de salas de reunião;
- Registo de correspondência;
- Apoio à distribuição de correspondência e à gestão de arquivo.

4. Financeira

- Receção, análise e organização da documentação;

- Contabilização e arquivo dos documentos com base no SNC;
- Conciliação das contas correntes;
- Apuramento periódico de impostos (IRC, IRS, IVA);
- Preparação, elaboração e entrega do modelo 22 e da IES;
- Encerramento de contas;
- Preparação de informação para os auditores externos;
- Gestão de tesouraria;
- Elaboração do orçamento da empresa;
- Elaboração de relatórios de controlo orçamental;
- Preparação, elaboração e envio de informação para a Direção-Geral do Orçamento, Administração Tributária e outras entidades públicas.

5. Pessoal

- Manter organizados os processos individuais dos trabalhadores;
- Garantir a aplicabilidade das diversas alterações legislativas;
- Assegurar e garantir o esclarecimento de dúvidas aos trabalhadores;
- Elaboração dos Planos de férias dos trabalhadores;
- Assegurar todos os procedimentos inerentes à prestação de serviços partilhados na área de Recursos Humanos;
- Processamento de vencimentos através da aplicação RHV;
- Controlo de assiduidade de todos os trabalhadores através do registo automático e manual;
- Elaboração do Balanço Social, Relatório Único, SIOE, SIGO e Modelo 10;
- Preparação de mapas de custos e de pessoal para dar resposta aos pedidos de diversas Entidades (Tutela, DGO, IGF, GEP, DGAEP, etc.);
- Visitas periódicas para acompanhamentos aos trabalhadores que se encontram alocados nas diversas instituições, com as quais a SPMS celebrou contratos de serviços partilhados.

2011

6. Compras e Logística

- Elaboração de Peças Procedimentais para a formação de contratos de aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas.
- Publicação dos concursos públicos no Diário de República;
- Desenvolvimento dos procedimentos de aquisição em plataformas eletrónicas de contratação;
- Análise das propostas, pedidos de esclarecimentos e reclamações de concorrentes e elaboração de relatórios preliminares e finais;
- Elaboração dos contratos com os fornecedores selecionados e respetiva publicação no Portal Base.Gov;
- Articulação com os clientes (entidades do Ministério da Saúde) relativamente à formação e execução dos contratos;
- Elaboração de mapas de informação de gestão (análise de poupanças, etc.);
- Promoção de agregação de compras entre entidades do Ministério da Saúde, no âmbito das competências da SPMS como Unidade Ministerial de Compras.

7. Gestão de Clientes (ARS LVT, ARS Centro)

- Acompanhamento da faturação e cobrança;
- Coordenação na resolução de questões;
- Elaboração (em conjunto com os responsáveis jurídicos e de compras) dos contratos de serviços partilhados;
- Acompanhamento da gestão de compras e logística (no âmbito da operação e da manutenção/desenvolvimento do sistema de informação da ARS Centro).

8. Central de Compras

- Celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento nas seguintes áreas:

Contrato Público de Aprovisionamento	Entrada em Vigor
CP 2012/12 – Medicamentos de Consumo Geral – Aparelho Respiratório	No dia 01/12/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aprovisionamento

Contrato Público de Aproveitamento	Entrada em Vigor
CP 2012/31 – Material de Prevenção e Detecção do HIV	No dia 08/11/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/24 – Material Disposable de Bloco Operatório - Parte I	Nos dias indicados entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento: Lote 1.4 (Bata etiq. rastreab) - 14/12/2012 Lote 2.1 (Bata não estéril, TU) - 29/11/2012 Lote 2.2 (Bata não estéril) - 29/11/2012 Lote 2.3 (Bata não estér Imperm) - 29/11/2012 Lote 3.2 (Fato bloco - pçs sep) - 14/12/2012 Lote 4.1 (Capas sapatos) – 29/10/2012 Lote 4.2 (Barretes) - 05/11/2012 Lote 4.4 (Bisturis) - 04/10/2012 Lote 4.5 (Escovas) - 05/11/2012 Lote 4.6 (Outros) - 14/12/2012
CP 2012/45 – Anestésicos e Relaxantes Musculares	No dia 11/10/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/11 - Estimulantes da Eritropoiese	No dia 09/10/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/22 – Seringas, agulhas, contentores e sistemas fechados de colheita	No dia 11/09/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento.
CP 2012/41 - Medicamentos anti-infecciosos: antivíricos e antifúngicos	No dia 11/09/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/05 - Medicamentos anti-infecciosos exceto antivíricos e antifúngicos	No dia 11/09/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/27 – Material de Ostomia e Eliminação	No dia 11/09/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/19 – Medicamentos Anti-psicóticos	No dia 23/06/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/26 – Material de Cateteres	No dia 28/07/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/4 – Nutrição Parentérica	No dia 28/07/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/3 – Corretivos da Volémia e Outras Soluções Estéreis	No dia 15/06/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/29 - Bombas de Perfusão Sub-Cutânea de Insulina	No dia 11/05/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/6 – Medicamentos do Foro Oncológico II	No dia 03/05/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/25 – Material de Incontinência, Proteção Cutânea e alívio de Pressão	No dia 03/05/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2011/7 – Hormonas e outros medicamentos usados no tratamento de doenças endócrinas	No dia 28/03/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento
CP 2012/16 - Fatores Recombinantes da Coagulação	No dia 23/03/2012 entraram em vigor os novos contratos públicos de aproveitamento

- Lançamento dos seguintes procedimentos (abertos em 2012 e a decorrer):

Contrato Público de Aprovisionamento	Fase
CP 2012/1 – Medicamentos do Sistema Nervoso Cerebrospinal: exceto anestésicos, relaxantes musculares, analgésicos, antipiréticos, antidepressores e antipsicóticos	Processo para aprovação
CP 2012/8 – Antissépticos, Desinfetantes e Outros	Avaliação de Propostas (aguarda validação técnica do Júri da DGS)
CP 2012/9 – Derivados do Plasma Humano	Audiência Prévia
CP 2012/14 – Medicamentos do Aparelho Digestivo	Emissão de contratos e receção dos documentos de avaliação
CP 2012/21 – Material de Penso Tradicional / Clássico – Parte 1	Avaliação de Propostas técnica e formal
CP 2012/23 – Luvas para uso Médico	Emissão de contratos e receção dos documentos de avaliação
CP 2012/36 – Dispositivos Médicos Diversos	Avaliação de Propostas técnica e formal
CP 2013/42 - Material Disposable de Bloco Operatório – Parte II	Avaliação de Propostas técnica e formal
CP 2013/43 - Material Disposable de Bloco Operatório Parte III	Avaliação de Propostas técnica e formal

- Manutenção do *site* do Catálogo;
- Tratamento dos pedidos de adesão de empresas e instituições;
- Elaboração das peças de procedimento e listas de produtos, para os Concursos Públicos com vista à celebração de Contratos Públicos de Aprovisionamento para aquisição de Medicamentos e Dispositivos Médicos, com vista ao fornecimento às Instituições e Serviços do Ministério da Saúde;
- Elaboração de Convites ao abrigo do artigo 259.º do CCP;
- Publicação dos concursos públicos no Diário de República e JOUE;
- Tarefas inerentes ao lançamento e tratamento das diversas fases procedimentais através da plataforma eletrónica de contratação Vortalhealth;
- Análise das propostas, pedidos de esclarecimentos e reclamações de concorrentes e elaboração de relatórios preliminares e finais;
- Elaboração dos contratos com os fornecedores selecionados;
- Análise e tratamento dos vários tipos de aditamentos aos Contratos Públicos de Aprovisionamento, para submeter a aprovação superior;

200

- Análise e tratamento dos pedidos de rescisão unilateral e de cessão da posição contratual de fornecedores, para submeter a aprovação superior;
- Desenvolvimento do processo de aquisição de vacinas e tuberculinas para o ano de 2012, destinado às 5 ARS e Regiões Autónomas (artigo 259º CCP);
- Desenvolvimento do processo de aquisição de vacina anti-gripe para a época 2012-2013, destinado às 5 ARS e Regiões Autónomas (artigo 259º CCP);
- Desenvolvimento do processo de aquisição de Bombas de Insulina e Consumíveis para o ano de 2012, no âmbito do Programa Nacional de Controlo da Diabetes (artigo 259º CCP);
- Análise dos ficheiros de consumo de medicamentos e elaboração de quadros em resposta a solicitações superiores.

9. Sistemas de Informação

- Em 2012 foram elaborados e aprovados os seguintes Planos orientadores e estruturantes na área das TIC do Ministério da Saúde:
 - Plano de Desenvolvimento do Sistema de Informação da Saúde (PD-SIS);
 - Planeamento a 3 anos para a área SIS do MS e atividades a desenvolver pela SPMS;
 - Plano de ação sectorial de racionalização das TIC no Ministério da Saúde;
 - Planeamento de medidas de índole setorial alinhadas com as medidas propostas pelo GPTIC, a 4 anos, com uma poupança global de 20 milhões de euros.

a. Negociação central das TIC

- Em 2012 foram concluídas negociações centralizadas com 10 fornecedores com vista a reduzir os preços de manutenção para 2013;
- De um valor global de 6,97 milhões de euros foram conseguidas poupanças de 14,2% adicionais para 2013 sobre os valores praticados em 2012.

b. Evolução da RIS

- Atendidos todos os pedidos de novos locais e mudanças (43);

- Efetuados 94 upgrades de largura de banda incluindo 2 DC para 1Gbps (HDS e HGO);
- Ligados a ULS Nordeste e ULS Matosinhos (em curso);
- VPN's para Sub Algarve e Portalegre.

c. Centro de Suporte

- 79.729 tickets entrados de aplicações e encerrados 73.576 – 92,28% de resolução;
- 3.452 tickets entrados de sistemas e encerrados 3.425 – 99,12% de resolução;
- 16.687 chamadas para o call-centre e resolvidos 16.563 – 99,26%;
- 56.267 emails entrados no suporte e tratados 53.901 – 95,80%.

d. Disponibilidade geral dos sistemas

Sistema	Criticidade	Horário	Indisponibilidade (horas)		Disponibilidade (%)	
			Programada	Verificada	Prevista	Verificada
RNU	Muito Alta	24x7	48	57	99,99%	99,38%
SIGLIC	Muito Alta	8x7		2	99,99%	99,99%
CTH	Muito Alta	8x7			99,99%	99,99%
CIT	Muito Alta	8x7		2	99,99%	99,99%
eAgenda	Muito Alta	24x7		1	99,99%	99,99%
Portal da Saúde	Muito Alta	24x7			99,99%	99,99%
Disponibilidade global dos sistemas						99,88%

e. Intervenções manutenção

- Repartição das ações de manutenção:
 - Bloco Cuidados Saúde Primários (SINUS, SAM, SAPE): 5.341;
 - Bloco Registos Nacionais (RNU, BDNP): 6.607;
 - Bloco Gestão Hospitalar (SONHO, SAM, SAPE): 4.293;

f. Novas funcionalidades

- Desenvolvimento de raiz do novo módulo MARTA – Módulo Administrativo de Registo de Taxas Moderadoras de Atos Clínicos, integrado no SAM e no SAPE, permitindo a cobrança de taxas moderadoras por ato médico ou de enfermagem nos CSP;
- Desenvolvimento no SAM e no SAPE das alterações necessárias à entrada em vigor do novo Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil – PNSIJ, da DGS;
- Instalação do SAM e do SAPE nos CS de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real Santo António, que até então utilizavam SW da ALERT;
- Novas versões SAM com ligação à PDS e integração com PEM e CPARA;
- Novas versões SAPE com acesso à PDS, novas escalas de avaliação comportamental e registo de atos para faturação;
- RNU alargada a gestão de utentes para LVT (22 ACES) Alentejo (3 ACES) e Algarve (3 ACES) num total de 2.758 utilizadores;
- Gestão de listas de espera de MDF, gestão de não-frequentadores, modulo de isenção de taxas moderadoras com interface com AT;
- Avaliados 5.560.441 utentes;
- Sonho – alterações devidas às Taxas moderadoras, incluindo integração com multibanco;
- Integração com plataforma FHS – Faturação Hospitalar às Seguradoras;
- Informação ao utente de custos do SNS em 22 Hospitais.

g. Novas aplicações em Produção

- Foram disponibilizadas em 2012:

Novas Aplicações em 2012	Objetivos
FHS - Faturação de Hospitais a Seguradoras	Tem como objetivo facilitar a interação entre as instituições do Ministério da Saúde e as seguradoras, tornando mais célere e fidedigno o processo de faturação resultante da prestação de serviços médicos a sinistrados que beneficiam da cobertura de seguros. Em março de 2012 entrou em produção no CH S. João integrado com 18 Seguradoras

211

Novas Aplicações em 2012	Objetivos
PDS – Plataforma de Dados de Saúde	É uma plataforma web, desenvolvida pela CIC e pela SPMS, que disponibiliza um sistema central de registo e partilha de informação clínica de acordo com os requisitos da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Ao permitir a partilha destes dados, o SNS pode tornar mais rápido o seu atendimento e mais segura a forma dos profissionais de saúde o conhecerem e chegarem a um diagnóstico/terapêutica.
Portal do Utente Integrado no projeto PDS - Plataforma de Dados da Saúde	Vai permitir registos de saúde feitos pelo utente e recurso a serviços online já existentes e a disponibilizar. O Portal do Utente permite a inserção de dados, como historial clínico, medicação ou hábitos, pelo próprio utilizador. A partilha de informação com a PDS (que irá incluir no futuro o Portal do Profissional, o Portal Institucional e o Portal Internacional) depende de autorização expressa do próprio utente. Este portal está online desde o dia 31 de maio de 2012
SICO – Sistema de Informação de Certificados de Óbito	É um sistema de informação cuja finalidade é permitir uma articulação das entidades envolvidas no processo de certificação dos óbitos, com vista a promover uma adequada utilização dos recursos, a melhoria da qualidade e do rigor da informação e a rapidez de acesso aos dados em condições de segurança e no respeito pela privacidade dos cidadãos. Este sistema entrou em período experimental em 15 de novembro de 2012.
PRVR – Portal de Requisição de Vinhetas e Receituário	Permite a prescritores e entidades prescritoras a encomenda online de folhas de vinhetas e blocos de receitas e a monitorização do estado das encomendas até à entrega na morada indicada no momento da aquisição. Este portal iniciou o seu funcionamento a 3 de dezembro 2012.
SIGAI – Sistema de Informação de Gestão de Acordos Internacionais	Permite à ACSS responder às responsabilidades atribuídas com a entrada em vigor do Regulamento (CE) Nº 987/2009, nomeadamente por todas as prestações no âmbito da doença, maternidade e paternidade equiparada. Garantir o correto e eficiente apuramento de contas na vertente “Portugal credor” e “Portugal devedor” e a articulação com os restantes estados membros através do ponto de acesso nacional, em conformidade com o estabelecido pelo EESSI, Electronic Exchange of Social Security Information. O SIGAI entrou em produção a 26 de Novembro de 2012.
CTH – eLearning	A plataforma eLEARNING constitui-se como um elemento de suporte ao ensino/aprendizagem de profissionais internos e externos do SNS.
SIVIDA – sistema de suporte aos registos de utentes de VIH/sida	Esse sistema foi desenhado e desenvolvido, em 2008, numa perspetiva centralizada, sendo que até final de 2011 foi instalado em 11 hospitais a



Handwritten signature or mark.

Novas Aplicações em 2012	Objetivos
	nível nacional. Em 2012, um parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) obrigou a uma reformulação da arquitetura do sistema, agora para uma perspetiva descentralizada. Pretendeu-se disponibilizar aos 42 hospitais que fazem parte da atual rede de referência do VIH/sida a nova versão descentralizada.
RHV – Sistema de informação de recursos Humanos e Vencimentos	Este projeto teve como objetivo a migração do RHV 8.0.5 para o RHV 11g para todas as entidades do SNS e Ministério da Saúde. O piloto do RHV realizou-se em novembro de 2012 e o rollout iniciou em dezembro de 2012.

h. Projetos em curso e novos projetos

Projetos em curso e Novos Projetos	Descrição
Evolução Tecnológica do SONHO	Iniciou em 2011 a implementação do novo Sistema Integrado de Gestão Hospitalar (SONHO) incluindo evolução tecnológica, a otimização de alguns processos, a migração de dados, a instalação em unidades piloto, a formação de formadores, key users e administradores e o apoio ao arranque. Em dezembro de 2012 decorreram os testes aplicacionais e de integração com os sistemas hospitalares.
PEM – Prescrição Eletrónica de Medicamentos	É um programa que tem por objetivo a implementação do circuito da prescrição eletrónica de medicamentos totalmente desmaterializado: prescrição, dispensa e faturação. Este programa é considerado uma iniciativa prioritária para garantir maior segurança no processo de prescrição e redução de custos, complexidade e tempo no processo administrativo das farmácias e no processo de conferência de facturas por parte do SNS. Este projeto iniciou em janeiro de 2012.
epSOS	No âmbito das atividades a realizar por Portugal no projeto epSOS (http://www.epsos.eu/), encontram-se a decorrer as ações que asseguram Portugal como um dos países participantes na rede de interoperabilidade em saúde proporcionada por este projeto. Este projeto iniciou em fevereiro de 2012.
PNSIJ – Programa de Vigilância de Saúde Infantil e Juvenil	No âmbito do processo de revisão do Programa de Vigilância de Saúde Infantil e Juvenil (PVSII) – agora Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil – Foi iniciado em abril o levantamento exaustivo das alterações necessárias ao SAM, SAPE e, também o levantamento de requisitos do e-Boletim. Foi ainda em 2012 realizado o

21

Projetos em curso e Novos Projetos	Descrição
	planeamento da implementação das alterações necessárias.
RCU – Resumo Clínico do Utente	Visa disponibilizar o conjunto de informação mínima essencial aos profissionais de saúde, sempre que existe necessidade de um atendimento urgente ou programado a um cidadão fora da sua unidade de Saúde, que permita maior segurança e qualidade na prestação de cuidados (conhecimento da alergias, medicação em uso, problemas de saúde, etc). O RCU2 vai estar disponível ao profissional e ao utente. A PDS apresenta-se como a plataforma integradora, que gere toda a informação do RCU2 e o controlo de acessos. Este projeto iniciou em abril de 2012.
SITAM - Sistema de Informação de Taxas Moderadoras	O Sistema de Informação de Taxas Moderadoras em dívida procede à centralização dos dados relativos às Taxas Moderadoras (TM) em dívida, que obtem junto dos sistemas locais dos HH/ARS e procede à integração com os CTT e com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) realizando os mecanismos previstos na legislação com vista à cobrança das mesmas. Este projeto iniciou-se em maio de 2012. Encontra-se implementada a integração de dados com a AT está em curso a integração com os sistemas locais das instituições de saúde.
FAMIG – Faturação de Migrantes	A nova aplicação Faturação de Migrantes surgiu da necessidade de fazer a evolução tecnológica da aplicação de faturação de migrantes que estava está em uso nas sub-regiões de Saúde, passando a centralizar a informação e responsabilizando as ARS pela sua produção e entrega junto da ACSS. No início do segundo semestre de 2012 considerou-se essencial completar o desenvolvimento da aplicação e adaptar o processo e os formulários E125 à nova realidade dos SED. No final de 2012 encontram-se em curso os desenvolvimentos planeados.
ASA - Arquitetura de Suporte às Aplicações	O projeto de construção da Arquitetura de Suporte às Aplicações tem como principal objetivo concretizar um modelo de arquitetura de aplicações adequado aos Sistemas de Informação da Saúde. Assim será dado o primeiro passo para a materialização dos conceitos de arquitetura ideal e interoperabilidade dos Sistemas de Informação. Este projeto iniciou em setembro de 2012.
MACS - Monitorização do Acesso a Cuidados de Saúde	O Sistema de informação de Monitorização do Acesso a Cuidados de Saúde tem como objetivo a Monitorização do Acesso a Cuidados de Saúde, nomeadamente, referência de consultas, de MCDTs, entre outros, de forma a garantir a transparência do processo e a centralização no

xl

Projetos em curso e Novos Projetos	Descrição
	utente. O acompanhamento da monitorização será possível pela integração com a Plataforma de Dados da Saúde. Este projeto iniciou em setembro de 2012.
SUCED - Sistema de Informação para Unidades Prestadoras de Cuidados de Saúde do SNS	O Sistema de Informação para Unidades Prestadoras de Cuidados de Saúde do SNS tem como objetivos desenvolver e implementar um sistema de informação único e transversal aos diferentes níveis de prestação de cuidados, para suportar a atividade administrativa e clínica das unidades prestadoras de cuidados de saúde suportado por uma arquitetura centrada no cidadão, multi-disciplinar e multi-institucional. Este projeto iniciou em novembro de 2012.

i. CCF

- Durante o ano de 2012 a SPMS manteve a gestão do contrato da ACSS com a Accenture que visa as operações do CCF – Centro de Conferência de Faturas;
- A partir de agosto foi constituído a UEI – Unidade de Exploração de Informação que visa obter indicadores e monitorizar o risco de desperdício e fraude na prescrição de medicamentos e MCDT's. Em 3,5 meses a UEI instruiu um total de 26 processos, envolvendo um valor potencial de cerca de 30M€.

o

Sje

201

Capítulo 3 – Cumprimento das Orientações Legais

1. Cumprimento das Orientações Legais

O quadro que se segue sintetiza o cumprimento das Orientações Legais por parte da SPMS, EPE.

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Objetivo 1			X		
Objetivo 2					
Objetivo 3					
Gestão do Risco Financeiro					
Evolução do PMP a fornecedores	X				
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				
Deveres Especiais de Informação	X				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1	X			100%	
Recomendação 2					
Etc.					
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			Presidente: -4.324,82€ Vogal 1: -2.440,92€ Vogal 2: -2.440,92€	
Órgãos Sociais - redução por aplicação da Lei n.º 64-B/2011	X			Presidente: -8.217,15€ Vogal 1: -4.637,29€ Vogal 2: -4.637,29€	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			174.553,87€	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				Assinatura de Protocolo
Limites de Crescimento do Endividamento					
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal			X	A SPMS apenas iniciou funções em final de 2010	
Fornecimentos e Serviços Externos			X	A SPMS apenas iniciou funções em final de 2010	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			100%	

Sfe

2011

2. Gestão de Risco Financeiro

Nos termos do Despacho nº 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, divulga-se a posição da SPMS no âmbito da Gestão do Risco Financeiro.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X	
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			X	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			X	
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			X	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira				
			X	

3. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

O quadro seguinte sintetiza o prazo médio de pagamento (expresso em dias) da SPMS aos seus fornecedores, nos trimestres de 2012, nos termos da RCM 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009, de 13 de abril.

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011	1º T 2012	2º T 2012	3º T 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	N.A.	N.A.	N.A.	58	18	43	93	46	82	87	36	35

Nos termos do Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, é divulgado o Mapa da Posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em Atraso.

20

Sfe

22

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Galp Energia - Petróleos de Portugal - Petrogal SA	343,97 €				
Maxone - Material de Escritório, Lda	158,18 €				
Mário Ramos	369,00 €				
Vidraria Fonseca	389,74 €				
Milimetro Cúbico, Lda	6.298,53 €				
bas - Sociedade de Advogados, rl	140.750,88 €				
Connect Generation - Comunicação e Imagem, Lda	3.690,00 €				
CPC - Companhia Portuguesa de Computadores Informática e Sistemas, SA	59.600,53 €				
KPMG & Associados - sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA	1.462,47 €				
PRICEWATERHOUSECOOPERS, LDA	1.918,80 €				
Time Request Europe	7.109,40 €				
CTT - Correios de Portugal, SA	21.816,97 €				
Optimus - Comunicações, SA	1.555,56 €				
PT comunicações SA	104,08 €				
Adasaúde - Consultoria em Saúde, Lda	20.602,55 €				
Accenture, consultores de gestão SA	73.800,00 €				
Aguas do Porto	438,19 €				
Adminsaúde - Serviços de Administração, Informática e Formação em Saúde, Lda	16.482,00 €				
Armindo JB Costa	3.891,11 €				
Artvision	1.359,15 €				
ACSS	12.915,45 €				
Associação Porto Digital	15.424,20 €				
Armis Lda	56.530,80 €				
agap2	22.796,38 €				
Alert Life	110.700,00 €				
Alfredo e Sousa	5.096,81 €				
Altran	18.357,75 €				
Banco BPI	36.235,80 €				
Capgemini Portugal, SA	60.877,62 €				
Care4It	46.125,00 €				
Cloudcomputing, Lda	26.639,35 €				
Colmeal - Consultores em rede Lda	14.294,34 €				
Confact	52.270,03 €				
Conforlimpa tejo Lda	35.974,22 €				
CP - Comboios de Portugal	2.463,00 €				
CT Limpe	3.732,86 €				
Data Recover Center	4.950,75 €				
Dismed - Transporte de Mercadorias, Lda	14.075,84 €				
Euroma 21	2.833,08 €				
Fujitsu Technology Solutions, Lda	8.509,17 €				
GFI	5.776,56 €				
Gobierna TI Portugal	6.027,00 €				
Helena Campochão & Filhas, Lda	1.036,42 €				
HP Enterprise Services Portugal Lda	30.135,00 €				
Horto da Circunvalação Lda	202,95 €				
Iberent	103,32 €				
IBM Portuguesa, SA	45.047,79 €				
IDW - Consultoria em Serviços de Informação, Lda	5.027,82 €				
IECI - El Corte Inglés	57.716,68 €				
ITDS - Internet, Tecnologias & Desenvolvimento de Software, SA	3.800,70 €				
IT Sector SA	4.428,00 €				
IUZ Technologies	28.440,06 €				
Iportalmais, Lda	4.661,70 €				
Lenus - Sistemas de Informação, Lda	11.070,00 €				
Link IT	8.650,54 €				
Logica Ibérica Portugal	36.840,96 €				
Maialog Lda	7.933,50 €				
Medicisforma - Medicina do Trabalho, Higiene e Segurança, Lda	37.700,00 €				
Medicineone	19.475,00 €				

☉ Sfe

2011

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Meditotal, Lda	14.225,00 €				
Medipeople	50.903,12 €				
Ministério da Economia e do Enprego	60,00 €				
Normática-Serviços de Informática e Organização SA	442.800,00 €				
Novabase	78.947,55 €				
NovaSerlimpa LDA	6.976,32 €				
Number One Lda	22.263,00 €				
New alban	1,20 €				
Onitelecom	830.190,80 €				
Optimizer - Serviços e Consultadoria Informática, Lda	26.568,00 €				
Prime IT	7.042,41 €				
PMS - Comercialização de cafés SA	243,54 €				
Proológica	3.034,00 €				
Randstad Clinical - Cuidades de Saúde, Lda	11.825,00 €				
Rolo & Coutinho - Serv Medicos	44.475,00 €				
Saquavid - Saúde Inteligente - Consultoria em saúde e Ambiente	6.027,00 €				
Securitas	113,78 €				
Score Lda	40.995,90 €				
Softinsa	23.748,02 €				
Softventure	41.353,27 €				
Strix Ambiente e Inovação	14.760,00 €				
Strong Segurança SA	16.183,25 €				
TNT SA	198,73 €				
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.	13.751,56 €				
Transportes A. Cotrim, Lda	1.666,04 €				
Trendglobal	144.668,69 €				
Triha Lógica - Sistemas Informáticos, Lda	7.380,00 €				
Top Atlântico SA	124,00 €				
Veredicto Perfeito unipessoal	1.036,42 €				
Via consulting SA	57.810,00 €				
Vianologia	4.551,00 €				
Wintrust- consultadoria e serviços	28.546,83 €				
Glantt Healthcare Solutions, SA	363.680,22 €				
Oramix - Sistemas de Informação, SA	326.010,78 €				
Total	3.859.177,99 €	0,00	0,00	0,00	0,00

Jfe

Capítulo 4 – Demonstrações Financeiras

1. Balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.12	31.Dez.11
Activo			
Activos fixos tangíveis	5	107.217,77	27.979,49
Activos intangíveis	6	58.429,43	69.985,45
Activos por impostos diferidos	11	767.000,00	0,00
Total dos Activos Não Correntes		932.647,20	97.964,94
Clientes	8	870.086,41	2.918.761,16
Estado e outros entes públicos	9	835.715,19	0,00
Outras contas a receber	10	447.330,70	435.230,76
Diferimentos	12	16.266,84	12.824,04
Caixa e depósitos bancários	4	12.876.305,03	5.209.531,04
Total dos Activos Correntes		15.045.704,17	8.576.347,00
Total do Activo		15.978.351,37	8.674.311,94
Capitais Próprios			
Capital realizado	13	6.000.000,00	6.000.000,00
Resultados transitados	14	(217.237,89)	(242.925,22)
Resultado líquido do exercício		405.411,88	25.687,33
Total dos Capitais Próprios		6.188.173,99	5.782.762,11
Passivo não Corrente			
Provisões	18	2.600.000,00	0,00
Total dos Passivos não Correntes		2.600.000,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	15	3.810.234,42	2.020.639,39
Estado e outros entes públicos	9	1.291.376,83	320.130,58
Outras contas a pagar	16	2.088.566,13	510.099,86
Diferimentos	12	0,00	40.680,00
Total dos Passivos Correntes		7.190.177,38	2.891.549,83
Total do Passivo		9.790.177,38	2.891.549,83
Total Capital Proprio e do Passivo		15.978.351,37	8.674.311,94

O Anexo I faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O técnico oficial de contas

VERA SEABRA

O Conselho de Administração

Henrique Martins

Presidente do Conselho de Administração

Carla Reis Santos

Vogal do Conselho de Administração

Sara Fernandes Duarte

Vogal do Conselho de Administração

2. Demonstrações dos Resultados por Naturezas do Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração dos Resultados Individuais
em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em euros)

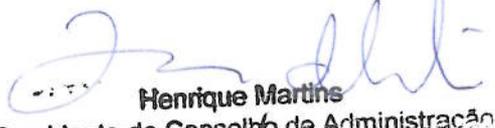
	Notas	31.Dez.12	31.Dez.11
Vendas de mercadorias	17	16.990,97	4.950.923,66
Prestação de serviços	17	40.676.473,70	4.232.365,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(16.993,97)	(4.951.090,48)
Fornecimentos e serviços externos	20	(30.153.186,06)	(1.329.968,46)
Gastos com o pessoal	21	(7.411.209,10)	(2.814.549,19)
Provisões do período	18	(2.600.000,00)	
Outros rendimentos e ganhos	22	103.683,68	743,57
Outros gastos e perdas	23	(103.449,79)	(51.221,47)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		512.309,43	37.203,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(68.689,69)	(6.299,96)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		443.619,74	30.903,11
Juros e rendimentos similares obtidos	25	23.285,98	0,00
Juros e gastos similares suportados	26	(379,92)	-
Resultado antes de impostos		466.525,80	30.903,11
Imposto sobre o rendimento do período	7	(61.113,92)	(5.215,78)
Resultado líquido do período		405.411,88	25.687,33

O Anexo I faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

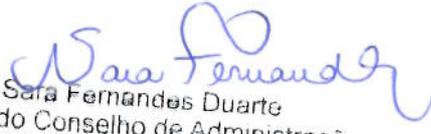
O técnico oficial de contas

Vera Seabra

O Conselho de Administração


Henrique Martins
Presidente do Conselho de Administração


Carla Reis Santos
Vogal do Conselho de Administração


Sara Fernandes Duarte
Vogal do Conselho de Administração

3. Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Período de 2011

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
		Capital realizado (Nota 12)	Outros instrumentos de capital próprio (Nota 13)	Reserva legal (Nota 13)	Resultados transitados (Nota 13)	Resultado líquido do exercício (Nota 13)	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2011							
Alterações no período							
	1	6.000.000,00	-	-	-	(242.925,22)	5.757.074,78
	2						
	3					25.687,33	25.687,33
	4 = 2 + 3					25.687,33	25.687,33
	5				(242.925,22)	242.925,22	-
	6 = 1 + 2 + 3 + 5	6.000.000,00	-	-	(242.925,22)	25.687,33	5.782.762,11
Posição no Fim do Período 2011							
		Capital realizado (Nota 12)	Outros instrumentos de capital próprio (Nota 13)	Reserva legal (Nota 13)	Resultados transitados (Nota 13)	Resultado líquido do exercício (Nota 13)	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2012							
Alterações no período							
	1	6.000.000,00	-	-	(242.925,22)	25.687,33	5.782.762,11
	2						
	3	-	-	-	-	405.411,88	405.411,88
	4 = 2 + 3					405.411,88	405.411,88
	3				25.687,33	(25.687,33)	-
	6 = 1 + 2 + 3 + 5	6.000.000,00	-	-	(217.237,89)	405.411,88	6.188.173,99

O Anexo I faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O técnico oficial de contas

Váza Seabra

O Conselho de Administração

Henrique Martins

Presidente do Conselho de Administração

Carla Mendes

Vogal do Conselho de Administração

Sara Fernandes Duarte

Vogal do Conselho de Administração

4. Demonstrações de Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em euros)

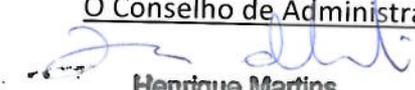
	Notas	31.Dez.12	31.Dez.11
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		52.018.646,26	7.012.558,53
Pagamentos a fornecedores		(34.705.162,01)	(4.379.544,02)
Pagamentos ao pessoal		(3.954.942,91)	(1.955.507,72)
Caixa gerada pelas operações		<u>13.358.541,34</u>	<u>677.506,79</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5.215,78)	
Outros recebimentos/pagamentos		(5.686.551,57)	(1.292.169,32)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>7.666.773,99</u>	<u>(614.662,53)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>7.666.773,99</u>	<u>(614.662,53)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	<u>5.209.531,04</u>	<u>5.824.193,57</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>12.876.305,03</u>	<u>5.209.531,04</u>

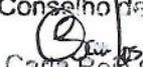
O Anexo I faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

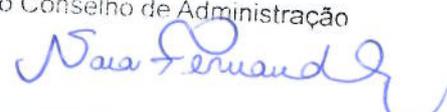
O técnico oficial de contas

Veza Seabra

O Conselho de Administração


Henrique Martins
Presidente do Conselho de Administração


Carla Reis Santos
Vogal do Conselho de Administração


Sara Fernandes Duarte
Vogal do Conselho de Administração

Jrel

Anexo I – Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SPMS é uma entidade pública empresarial com sede na Av. João Crisóstomo, nº 9, 3º piso, 1049-062 Lisboa e tem por atribuições a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros, recursos humanos e tecnologias da informação e comunicação aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

O Conselho de Administração é da opinião que as presentes demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto de 2009, os quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 30 de maio de 2013, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio,

rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2011.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

211

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, incluindo os direitos de importação e dos impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Jfe

xl

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	5
Equipamento administrativo	3-5

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Ativos intangíveis

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.



ffe

xii

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o regime do acréscimo, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

A SPMS no âmbito das suas atribuições consagradas no Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março, na sua atual redação, no decurso do exercício de 2012 executou contratos de aquisição de bens e serviços relacionados com o setor da Saúde para várias entidades do Ministério da Saúde, onde assumiram o risco de crédito e como tal registando à luz do normativo aplicável o respetivo rédito da faturação à entidade do Ministério da Saúde que solicitou os bens e serviços e o respetivo custo das vendas associados à compra efetuada aos fornecedores desses bens e serviços.

Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros incluem:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Clientes;

-
- 2011
- Outras contas a receber;
 - Fornecedores;
 - Outras contas a pagar.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzido de eventuais perdas de imparidade.

2011

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Benefícios dos trabalhadores

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os trabalhadores que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo após a dedução da quantia já paga ou de um ativo na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 30 de maio de 2013, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 27.

2012

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a

determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a caixa e os seus equivalentes da demonstração dos fluxos de caixa tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Numerário	781,73	82,93
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	11.138.631,06	5.112.518,82
Conta caução	36.892,24	96.929,29
Depósito a prazo	1.700.000,00	-
Caixa e seus equivalentes	<u>12.876.305,03</u>	<u>5.209.531,04</u>

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2012			2011			
	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento administrativo	Total	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:							
Saldo inicial	28.138,23	-	3.650,00	31.788,23	26.255,23	-	26.255,23
Aquisições	-	20.597,42	96.970,53	117.567,95	1.883,00	3.650,00	5.533,00
Saldo final	28.138,23	20.597,42	100.620,53	149.356,18	28.138,23	3.650,00	31.788,23
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial	3.078,75	-	729,99	3.808,74	437,58	-	437,58
Depreciações do exercício (Nota 22)	2.813,82	4.119,49	31.396,36	38.329,67	2.641,17	729,99	3.371,16
Saldo final	5.892,57	4.119,49	32.126,35	42.138,41	3.078,75	729,99	3.808,74
Activo líquido	22.245,66	16.477,93	68.494,18	107.217,77	25.059,48	2.920,01	27.979,49

No exercício findo em 2012 foram adquiridos computadores, dado o incremento dos recursos humanos e também um sistema de vídeo conferência.

6. ATIVOS INTAGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2012	2011
	Programas de computador	Programas de computador
Activo bruto:		
Saldo inicial	72.914,25	-
Aquisições	18.804,00	72.914,25
Saldo final	91.718,25	72.914,25
Amortizações acumuladas:		
Saldo inicial	2.928,80	-
Amortizações do exercício (Nota 22)	30.360,02	2.928,80
Saldo final	33.288,82	2.928,80
Activo líquido	58.429,43	69.985,45

No exercício findo em 2012 foi adquirido um novo módulo do programa Artsoft.

7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa normal de 25%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC. Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual à taxa de 3%, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Nos termos do artigo 88º do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2012 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 4 anos (6 anos para os incorridos até 2009) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O gasto com impostos sobre o rendimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Resultado antes de impostos	466.525,80	30.903,11
Taxa nominal de imposto até 12.500 Euros	0,0%	12,5%
Taxa nominal de imposto superior a 12.500 Euros	29,5%	26,5%
Imposto esperado	<u>137.625,11</u>	<u>6.439,00</u>
Outras situações líquidas	848.386,80	47.187,00
Imposto diferido	(767.000,00)	
Utilização de prejuízos fiscais relativos ao exercício anterior	(160.993,52)	(53.626,00)
Tributações autónomas	3.095,53	5.215,78
Imposto sobre o rendimento (Nota 7)	<u>61.113,92</u>	<u>5.215,78</u>

8. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os clientes apresentavam a seguinte composição:

	2012	2011
Administração Central do Sistema de Saúde, IP	280.416,08	297.537,44
Infarmed - Autoridade Nacional do medicamento e Produtos de Saúde, IP	261.563,10	-
Administração Regional de Saúde do Norte ("ARSN, IP")	162.531,82	-
Administração Regional de Saúde do Algarve ("ARSA, IP")	61.834,78	-
Administração Regional de Saúde do Centro, IP ("ARSC, IP")	41.082,00	377.207,46
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP ("ARSLVT, IP")	37.578,81	1.778.806,64
Centro Hospitalar do Oeste	14.166,21	-
CHTV - Centro Hospitalar de Torres Vedras	7.531,11	8.468,04
Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	3.382,50	-
Maternidade Dr. Alfredo da Costa ("MAC")	-	291.341,27
CHON - Centro Hospitalar Oeste Norte	-	156.192,52
Centro Hospitalar de Cascais	-	9.207,79
	<u>870.086,41</u>	<u>2.918.761,16</u>

A antiguidade do saldo da rubrica de "Clientes" em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

	2012			2011		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Não vencido	331.408,90	-	331.408,90	2.518.666,58	-	2.518.666,58
Vencido:						
1-90 dias	538.677,51	-	538.677,51	400.094,68	-	400.094,68
	<u>870.086,41</u>	<u>-</u>	<u>870.086,41</u>	<u>2.918.761,26</u>	<u>-</u>	<u>2.918.761,26</u>

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2012		2011
	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC")			
Estimativa de imposto (Nota 7)	828.113,92	-	5.215,78
Pagamento Especial por Conta	-	19.166,58	-
	<u>828.113,92</u>	<u>19.166,58</u>	<u>5.215,78</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS")	70.349,75	-	35.883,75
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA")	232.037,60	816.548,61	169.205,58
Contribuições para a Segurança Social ("SS")	139.833,51	-	109.825,47
Caixa Geral de Aposentações	21.008,32	-	-
Cofre Providência	33,73	-	-
	<u>1.291.376,83</u>	<u>835.715,19</u>	<u>320.130,58</u>

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Devedores por acréscimo de rendimento:		
Contrato programa com a ACSS (a)	-	334.258,36
Outra facturação a emitir (b)	418.369,34	95.642,97
Juros a receber	23.285,98	-
	<u>441.655,32</u>	<u>429.901,33</u>
Outras contas a receber	5.675,38	5.329,43
	<u>447.330,70</u>	<u>435.230,76</u>

- (a) Em 16 de dezembro de 2011, foi estabelecido um contrato programa com a ACSS, em que a Empresa passou a ser a entidade responsável pelo desenvolvimento, manutenção e operação de vários sistemas integrados de informação, comunicação e mecanismos de racionalização de compras na área da saúde. O montante de acréscimo de rendimento, corresponde à faturação a esta entidade do custo suportado junto do fornecedor Onitelecom Infocomunicações, S.A..
- (b) Nesta rubrica estão proveitos referentes a 2012 cuja faturação só ocorreu em 2013.

11. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>Saldo a</u> <u>1 de Janeiro</u>	<u>Constituição</u> <u>Resultado líquido</u>	<u>Saldo a</u> <u>31 de Dezembro</u>
Activos por impostos diferidos			
Provisões	-	767.000	767.000

O imposto diferido é referente à provisão efetuada pela SPMS, a qual em termos fiscais não é aceite.

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de diferimentos apresentam a seguinte composição:

	2012	2011
Diferimentos activos:		
Rendas	14.514,00	12.212,00
Outros diferimentos	1.752,84	612,04
	<u>16.266,84</u>	<u>12.824,04</u>
Diferimentos passivos:		
Faturação antecipada	-	40.680,00
	<u>0,00</u>	<u>40.680,00</u>

13. CAPITAL

O capital estatutário de 6.000.000 euros, é detido a 100% pelo Estado Português, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2012.

14. RESULTADOS TRANSITADOS

Aplicação de resultados de 2011: De acordo com o deliberado em Conselho de Administração, o resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de 25.687,33 Euros foi transferido na sua totalidade para resultados transitados.

15. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de "Fornecedores" apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores:		
Sanofi Pasteur MSD, S.A.		1.271.423,99
J. M. Farmacêutica, S.A.		143.827,16
Timestamp - Sistemas de Informação, S.A.		78.139,14
Randstad Clinical - Cidades de Saúde, Lda		74.908,14
KVTECH Portugal - Produtos Médicos Unipessoal, Lda		66.239,40
Doitlean, lda		41.642,49
Systagenix Wound Management (Spain) - Sucursal de Portugal		36.239,28
Abbott Laboratórios, Lda.		35.035,70
OverPharma		34.161,34
Helped - Prestação de Serviços de Saúde, Lda		31.897,10
Johnson and Johnson, Lda		30.137,70
FRIDANA		22.185,00
FITISAN - Produtos de Higiene Embalagem, Lda		17.697,24
CSL - Behring Unipessoal, Lda		16.006,00
Comansegur - Segurança Privada, SA		13.294,94
Laboratórios Pfizer, Lda		13.193,82
LABESFAL - Laboratórios Almiro, S.A.		12.883,42
Onitelecom Infocomunicações SA	830.190,80	
Bas - Sociedade de Advogados	140.750,88	
CTT - Correios de Portugal SA	21.816,97	
CPC - Companhia Portuguesa de computadores, Inf e Sistemas SA	53.607,38	
Cloudcomputing.Pt, Lda	26.639,35	
Glintt Healthcare Solutions SA	363.680,22	
Oramix - Sistemas de Informação SA	326.010,78	
Number One - Multi Services Lda	22.263,00	
Conforlimpa Tejo - Multiserviços Lda	35.974,22	
Adasaúde - Consultadoria em Saúde Lda	20.602,55	
Capgemini Portugal SA	60.877,62	
IBM - Companhia IBM Portuguesa SA	45.047,79	
Confact SA	52.570,03	
Medicisforma - Medicina no Trabalho, Higiene e Segurança Lda	37.700,00	
Normática - Serviços de Informática e organização SA	442.800,00	
Optimizer - Serviços de Consultadoria Informática Lda	26.568,00	
IUZ Technologies Lda	28.440,06	
HIQ Consulting Consultadoria e Engenharia SA	22.796,38	
Alert Life Sciences Computing SA	110.700,00	
Softventure - Consultadoria e Tecnologia SA	41.353,27	
Softinsa - Engenharia de Software Avançado Lda	23.748,02	
NovaBase - Infrastruturas & Managed Services SA	39.046,35	
Logica IT Portugal SA	36.840,96	
Informática El Corte Inglés SA	57.716,68	
Care4IT - Consultadoria em Tecnologias de Informação Lda	46.125,00	
HP Enterprise Services Portugal Lda	30.135,00	
Via Consulting SA	57.810,00	
Accenture Consultores de gestão SA	73.800,00	
Score - Consultadoria de Gestão, Lda	40.995,90	
Wintrust - Consultadoria e Serviços	28.546,83	
Rolo & Coutinho - Serviços Médicos Lda	44.475,00	
Banco BPI, SA	36.235,80	
Trendglobal - Tecnologias de Informação e Comunicação Lda	144.668,69	
Medipeople, Soluções de Saúde e Educação Lda	50.903,12	
Armis - Sistemas de informação Lda	56.530,80	
Outras entidades	332.266,97	81.727,53
	<u>3.810.234,42</u>	<u>2.020.639,39</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os principais fornecedores da Empresa respeitam essencialmente a prestações de serviços no âmbito do Contrato Programa celebrado com a ACSS.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as outras contas a pagar são como segue:

	2012	2011
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores de investimentos	45.894,35	-
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	1.222.120,45	48.000,00
Outros acréscimos de gastos	595.742,37	461.289,88
Contrato Programa SPMS - ACSS	223.816,59	-
Outras contas a pagar	992,37	809,98
	<u>2.088.566,13</u>	<u>510.099,86</u>

17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos pela Empresa nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são detalhadas conforme se segue:

	2012	2011
Vendas:		
Mercado Nacional (a)	<u>16.990,97</u>	<u>4.950.923,66</u>
Prestações de serviços (b):		
Contrato Programa ACSS	31.908.866,96	-
Serviços Partilhados	5.737.255,41	3.851.158,42
Serviços Médicos Subcontratados	-	334.249,08
Serviços de segurança Subcontratados	-	46.957,94
Compras	3.030.351,33	-
	<u>40.676.473,70</u>	<u>4.232.365,44</u>
	<u>40.693.464,67</u>	<u>9.183.289,10</u>

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica corresponde a vendas de medicamentos, reagentes e material de consumo clínico aos diversos centros hospitalares, nas quais a Empresa não tem qualquer margem associada.
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as prestações de serviços correspondem a serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros e recursos humanos às instituições e serviços do Ministério da Saúde.
- (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as prestações de serviços correspondem a trabalhos realizados no âmbito do contrato programa com a ACSS na área dos sistemas de informação do Serviço Nacional de Saúde, a serviços partilhados e outros.

18. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as provisões reconhecidas pela empresa são detalhadas como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Reforço no período	2.600.000	-
Reduções no período	-	-
Utilizações	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	<u>2.600.000</u>	<u>-</u>

A SPMS efectuou uma provisão no valor de 2.600.000€ referente ao custo provável de utilização de bens e serviços ainda não liquidados com o Somos Compras ACE, Somos Pessoas ACE e Somos Contas ACE. Esta provisão foi classificada no passivo não corrente e existe um grau de incerteza relativamente à mesma. Foi entendimento do conselho de Administração que a Tutela, bem como Tribunal de Contas vão autorizar a realização da despesa.

19. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas corresponde a um valor residual gasto pela Empresa com a compra de medicamentos, reagentes e material de consumo clínico.

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme segue:

2011

	2012	2011
Subcontratos		
Serviços Médicos Subcontratados (Nota 16)	-	334.249,08
Serviços de segurança Subcontratados (Nota 16)	-	46.957,94
Outros	-	367.939,19
Contrato Programa SPMS - ACSS	26.034.008,80	-
Serviços ARS	2.740.385,67	-
Rendas e alugueres	115.271,41	174.895,70
Serviços de informática e manutenção aplicacional	280.961,73	189.906,75
Comunicação	143.739,37	15.494,69
Outros serviços especializados	118.959,16	-
Vigilância e Segurança	94.756,10	-
Cedências de pessoal	78.920,66	23.482,67
Electricidade	141.916,28	-
Advogados	63.109,43	34.855,83
Conservação e Reparação	62.565,53	-
Outros fornecimentos e serviços externos	59.754,64	12.861,53
Deslocações e estadas	47.881,65	31.932,03
Limpeza, higiene e conforto	41.794,17	10.645,64
Contencioso e notariado	36.672,93	-
Publicidade e propaganda	35.408,03	-
Material de escritório	14.254,93	4.230,84
Contabilidade e Gestão	13.318,33	45.381,44
Ferramentas e Utensílios	13.278,65	-
Combustíveis	7.019,97	6.183,43
Honorários	6.545,00	8.650,00
Água	2.663,62	-
Leasings	-	22.301,70
	<u>30.153.186,06</u>	<u>1.329.968,46</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 verificou-se um aumento significativo dos gastos com fornecimentos e serviços externos, devido ao facto da Empresa ter assinado um contrato de prestação de serviços com a ACSS no âmbito dos sistemas de informação e mecanismos de racionalização de compras do Serviço Nacional de Saúde.

21. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme segue:

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	140.843,08	181.462,71
Remunerações do pessoal	5.842.522,45	2.124.952,99
Encargos sobre remunerações	1.272.422,71	485.649,34
Seguros	16.437,20	1.722,16
Indemnizações por compensação de caducidade	131.596,02	14.898,06
Outros	7.387,64	5.863,93
	<u>7.411.209,10</u>	<u>2.814.549,19</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de indemnizações corresponde ao valor devido por caducidade de contrato de trabalho de trabalhadores da Empresa.

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi de 419 e 145, respetivamente.

22. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

	2012	2011
Desconto de pronto pagamento obtidos	17.871,07	-
Correcção relativas a exercicios anteriores	85.317,41	
Outros	495,20	743,57
	<u>103.683,68</u>	<u>743,57</u>

23. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

	2012	2011
Correcções relativas a anos anteriores	101.780,73	-
Impostos	440,55	3.584,60
Outros	1.228,51	47.636,87
	<u>103.449,79</u>	<u>51.221,47</u>

24. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os gastos de depreciação e de amortização são os seguintes:

	2012	2011
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	38.329,67	3.371,16
Activos intangíveis (Nota 6)	30.360,02	2.928,80
	<u>68.689,69</u>	<u>6.299,96</u>

25. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Juros e Outros Rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

	2012	2011
Juros Obtidos		
De depósitos	23.285,98	-
	<u>23.285,98</u>	<u>-</u>

26. GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os gastos e perdas de financiamento são os seguintes:

	2012	2011
Juros Suportados		
De mora	379,92	-
	<u>379,92</u>	<u>-</u>

27. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data do Balanço não ocorreram quaisquer eventos que pudessem dar origem a ajustamentos às demonstrações financeiras ou a qualquer divulgação associada.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vera Seabra

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Henrique Martins
Presidente do Conselho de Administração

Relatório e Contas 2012

Sara Fernandes Duarte

Vogal do Conselho de Administração

Carla Reis Santos

Vogal do Conselho de Administração

Principais Indicadores de Gestão (Dez 2012)

Área	Indicador	2012	Metodologia		Fonte
			Numerador	Denominador	
Financeira	Valor total do Ativo (euros)	15.978.351,37			Demonstrações Financeiras (Provisórias)
	Valor total do Passivo (euros)	9.790.177,38			
	Valor total do Capital Próprio (euros)	6.188.173,99			
	Valor total dos Rendimentos Operacionais (euros)	40.797.148,35			
	Valor total dos Gastos Operacionais (euros)	40.353.528,61			
	EBIT (Resultados Operacionais) (euros)	512.309,43	(Receitas operacionais - custos operacionais)	-	
	Rendibilidade do Capital Próprio (%)	7,17	EBIT	Capital Próprio	
	EBITDA (euros)	443.619,74	EBIT + Amortizações + Provisões		
	Margem EBITDA (%)	1,09	EBITDA	Rendimentos Operacionais	
	Resultado Líquido (euros)	405.411,88			
	Margem Líquida	0,79	Resultado Líquido	Rendimentos Operacionais	
	Autonomia financeira (%)	38,73	Capital Próprio	Ativo Total Líquido	
	Compras	Liquidez geral	2,09	Ativo Circulante: Existências + Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	
Rácio de Solvabilidade		0,63	Capital Próprio	Passivo	
% valor total de compras efetuadas através na Vortal (%)		40,83%	Valor de compras na Vortal	Valor total de compras	
% de compras por Concursos Públicos (%)		27,20%	Valor dos Concursos Públicos	Valor total de compras	
% de compras por Ajustes Diretos (%)		35,54%	Valor dos Ajustes Diretos	Valor total de compras	
Gestão de Clientes	% de compras por Convite ao abrigo do art.º259 (%)	36,58%	Valor dos Convite ao abrigo do art.º259	Valor total de compras	
	Valor das poupanças geradas com os Leilões realizados (euros)	0	-	-	
	Valor total facturado aos clientes (euros)	40.743.920,41€			
	Prazo médio de pagamento	35,27	Fornecedoresx365	Compras e FSE	

Área	Indicador	2012	Metodologia		Fonte
			Numerador	Denominador	
CPA/CAPS	(dias)				
	Prazo médio de recebimento (dias)	16,99	Clientesx365	Vendas e Prestação de Serviços	
	Quociente de posicionamento relativo	0,48	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento	
	Número de CPA homologados (nº)	5.744	Contagem		Back Office do CAPS
	Nº de visitas ao CAPS (nº)	96.608	Contagem		Back Office do CAPS
	% de cobertura do CAPS (medicamentos)	35,6	Nº de CHNM no CAPS	Nº de CHNM para medicamentos autorizados	Back Office do CAPS + Infarmed
TIC	% do valor de aquisições de medicamentos em CAPS no total de compras de medicamentos em meio hospitalar (%)	47,3	Valor total de compras de medicamentos em CAPS nos Hospitais SNS	Valor total de compras de medicamentos nos Hospitais SNS	Back Office do CAPS + Infarmed
	Indicadores de acompanhamento de projetos				
	% de entregáveis realizados dentro dos prazos	35	Entregáveis no prazo	Total de entregáveis	EPM
	% desvio de custos do projecto	30	Custo Estimado	Custo Real	EPM
	% de produtos não aceites durante a 1ª entrega	15	Total de produtos rejeitados	Total de Produtos	EPM
	Indicadores de níveis de serviço				
% de Tickets abertos que chegaram ao helpdesk resolvidos no tempo previsto	96	Total de Tickets resolvidos no tempo previsto	Total de Tickets abertos	HP OpenView	
% de horas de indisponibilidade do sistema (por projeto)	0,0077	Total Horas de Indisponibilidade	Total de Horas	Registo da Gestão Operacional	
% de tickets abertos com prioridade alta- resposta em 4horas e respondidos dentro do prazo	90,53	Pedidos respondidos	Total de Pedidos	HP OpenView	
Recursos Humanos	Nº de trabalhadores	419	Contagem		RHV
	Dias totais de absentismo laboral	3.767	Contagem		RHV
	Nº médio de dias de absentismo laboral	16,9	Dias totais de absentismo laboral	Nº de trabalhadores	RHV
	Taxa de absentismo laboral (%)	3,46%	Nº de dias de ausência	Nº de dias trabalháveis	RHV

Plano de Atividades (Dez 2012)

OE2	Atividade	Indicador	Meta	Calendarização	Fonte de Verificação	Responsabilidade	2012	Observações
1.1.1	Transferência de contratos	% de contratos transferidos	100	Março	Interna	CA/RH	100	
1.1.2	Permanência dos colaboradores TIC nas actuais instalações	% de colaboradores TIC nas actuais instalações	100	Dezembro	Interna	CA/TIC	100	
1.1.3	Manutenção da Motivação	% de colaboradores da área TIC motivados	75	Dezembro	Interna	CA	100	
1.2.1	Definição de normas	Nº de normas definidas	2	Dezembro	Interna	CA	10	
1.2.2	Renegociação centralizada	Nº de negociações efectivadas	2	Dezembro	Interna	CA	10	
1.3.1	Criar um directório de indicadores considerados relevantes com identificação de fontes, metodologia de recolha e cálculo, periodicidade e datas previstas de disponibilização	Nº de directórios de indicadores	1	Fevereiro	Interna	PG	Não atingido	Desenvolvido documento preparatório com explicação do projeto e sugestão de áreas a preencher para cada fonte
1.3.2	Intensificar a articulação entre a SPMS e os organismos produtores da informação estatística relevante, através do estabelecimento de protocolos e identificação de pontos focais	Nº de protocolos assinados Nº de pontos focais nomeados	Nº de protocolos assinados:2 Nº de pontos focais nomeados:2	Março	Interna	CA	Nº de protocolos não atingido Nº de pontos focais 2	
1.3.3	Desenvolvimento dos processos necessários para abertura de concurso para a criação de uma plataforma de apoio ao Business Intelligence (BI)	Nº de concursos abertos	1	Abril	Plataforma Vortal	PG CA	Não atingido	Elaborado documento com identificação de áreas/fontes a explorar
1.3.4	Desenvolvimento, em parceria com a empresa seleccionada, de uma plataforma de apoio ao BI	Nº de plataformas BI	1	Junho	Site SPMS	PG	Não atingido	

201

OE2	Atividade	Indicador	Meta	Calendarização	Fonte de Verificação	Responsabilidade	2012	Observações
	que permita a disponibilização pública de informação							
1.4.1	Nomear grupo de trabalho com representantes do MS, SPMS, IGAS e Infarmed para definir metodologias de detecção de fraude e actuar junto do CCF	Nº de grupos de trabalho	1	Janeiro	Despacho	MS CA	1	
1.4.2	Criar um modelo de análise de risco, com níveis de risco ajustados à probabilidade de fraude	Nº de relatórios com descritivo da metodologia do modelo de risco criado	1	Fevereiro	Interna	Interna CA/PG	3	
1.5.1	Dar apoio à Comissão de Informação Clínica						Atingido	Desenvolvimento de relatórios
2.7.1	Concretização dos concursos para celebração de CPA que constam do plano aprovado pelo despacho do Secretário Estado da Saúde de 08/11/2011	% de CPA Finalizados	90%	Dezembro	Catálogo	CA/Catálogo	90%	Cumprido
2.8.1	Desenvolvimento de estudos sobre custos com medicamentos e dispositivos médicos de suporte às estratégias de sourcing	N.º de estudos	2	Dezembro	Interna	Compras /PG	3	Superado (Dispositivos de Cardiologia)
2.8.2	Formalizar contactos com os Hospitais responsáveis por mais de 50 % da despesa do SNS com o objectivo de promover a importância da agregação das compras	% de contactos	100%	Junho	Interna	CA/ Compras	100%	Cumprido
2.8.3	Criar lista de medicamentos similares que possam ser negociados para substituição uns pelos outros.	Nº de lista	1	Junho	Interna	CA/ Compras	0	Não cumprido
2.8.4	Concretização de negociações electrónicas	N.º de leilões	2	Outubro	Interna	CA/Catálogo	0	Não cumprido
2.9.1	Levantamento dos sistemas de	Informação	1	Março	Interna	CA/ Compras	1	Cumprido

OE2	Atividade	Indicador	Meta	Calendarização	Fonte de Verificação	Responsabilidade	2012	Observações
	informação de suporte às compras e gestão de facturas dos principais hospitais							
2.9.2	Implementação de um sistema de facturação electrónica (encomendas e facturas) entre o SNS e fornecedores	Implementação do sistema	1	Dezembro	Interna	CA/Compras	0	Não cumprido
2.10.1	Planeamento da tramitação processual de todos os procedimentos concursais	% de procedimentos que cumpram o cronograma estabelecido	90%	Junho	Interna	CA/Catálogo	90%	Cumprido
2.11.1	Disponibilizar plataforma central de contratação integrada com o catálogo, com obrigatoriedade dos procedimentos, ao abrigo dos CPA, serem realizados na mesma.	Estudo de implementação da plataforma	1	Junho	Interna	CA/Compras	0	Não cumprido
3.12.1	Garantir a satisfação das necessidades de disponibilização de recursos humanos sinalizadas pelos organismos do MS, no âmbito das atribuições da SPMS	% de necessidades satisfeitas	80	Dezembro	Interna	RH	100%	Objetivo superado
3.13.1	Criar uma base de dados de recursos disponíveis vs. alocados	Nº de bases de dados	1	Março	Intranet	RH	1	Cumprido
3.14.1	Apoiar a actividade de processamento de salários da ARS Algarve e ARS LVT	% de processamentos sem erros imputáveis à SPMS	80	Dezembro	RHV	RH	100%	Processamento sem erros imputáveis à SPMS